

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO



Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

A black and white photograph of a bridge spanning a body of water, with buildings visible in the background.

PORLVT

CCRLVT

The word "PORLVT" is written in large, bold, blue letters. A thick green checkmark is positioned to the right of the "V". Below "PORLVT", the acronym "CCRLVT" is written in a smaller, italicized black font.

Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

1997



**PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO
DE LISBOA E VALE DO TEJO**

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

1997

ÍNDICE	Pág.
1. ENVOLVENTE SOCIO-ECONÓMICA	3
2. SISTEMA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO	6
3. EXECUÇÃO GLOBAL DA INTERVENÇÃO OPERACIONAL	8
4. EXECUÇÃO DA INTERVENÇÃO OPERACIONAL POR SUB-PROGRAMAS E POR MEDIDAS	11
4.1. Sub-programa A: Reforço da Coesão do Território Regional e Melhoria da Qualidade de Vida	11
4.1.1. Área Metropolitana de Lisboa	12
4.1.2. Vale do Tejo	12
4.1.3. Oeste	13
4.2. Sub-programa B: Acções de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional	13
4.2.1. Medida 1: Transportes e Acessibilidades	14
4.2.2. Medida 2 - Ambiente	15
4.2.3. Medida 3: Equipamentos Socio-económicos	15
4.3. Sub-Programa C: Dinamização Regional	15
4.3.1. Medida 1: Promoção da Actividade Económica	17
4.3.2. Medida 2: Assistência Técnica	17
5. EXECUÇÃO FÍSICA DA INTERVENÇÃO OPERACIONAL, POR DOMÍNIOS	17
5.1. Transportes e acessibilidades	17
5.2. Ambiente	18
5.3. Infraestruturas e equipamentos socio-económicos	21
6. INDICAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO PREVISÍVEL EM 1998	22

7. AVALIAÇÃO	28
8. EMPREGO	37
9. ACÇÕES DE CONTROLO	38
10. INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE	39
11. RESPEITO POR OUTRAS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS	40
QUADROS	
Taxas de realização financeira	
Taxas de realização financeira acumulada	
Execução financeira de cada sub-programa, por medida	
Execução física de cada medida	
Projectos aprovados	

1 - ENVOLVENTE SOCIO-ECONÓMICA

O Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PORLVT) abrange toda a Região de Lisboa e Vale do Tejo. Apesar desta região representar, apenas, 13,4% da superfície total do país, concentrava, em 1991, 3.292.108 habitantes, o que corresponde a cerca de 1/3 do total da população portuguesa.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo lidera o crescimento económico do país, apresentando os maiores índices de produtividade. O perfil produtivo regional reflecte a preponderância do comércio e dos serviços, a qual é induzida pela concentração de actividades económicas e de recursos humanos e institucionais mais qualificados. A actividade industrial, apesar de ser numerosa e diversificada, tem vindo a diminuir a sua contribuição para o produto e para o emprego regional (particularmente na AML), fruto de um processo de reestruturação produtiva, favorável à deslocação de algumas actividades para outras regiões do país.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo encontra-se dotada com as melhores infra-estruturas de acessibilidades rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias, possuindo, assim, melhores acessibilidades nacionais e internacionais. Contudo, subsistem consideráveis disfunções na articulação intermodal e estrangulamentos em algumas parcelas do território regional e, em particular, na AML. Apesar da Região de Lisboa e Vale do Tejo permanecer bem dotada, do ponto de vista dos equipamentos de apoio à população, persistem grandes distorções no acesso a esses equipamentos, fruto da sua excessiva concentração em Lisboa e do crescimento rápido de algumas áreas periféricas. Também em relação a infra-estruturas de saneamento básico se evidencia a existência de graves carências, quer em áreas densamente urbanizadas (caso da Península de Setúbal) quer em áreas de povoamento disperso (como o Oeste), o que constitui uma ameaça ao ambiente e à qualidade de vida da população.

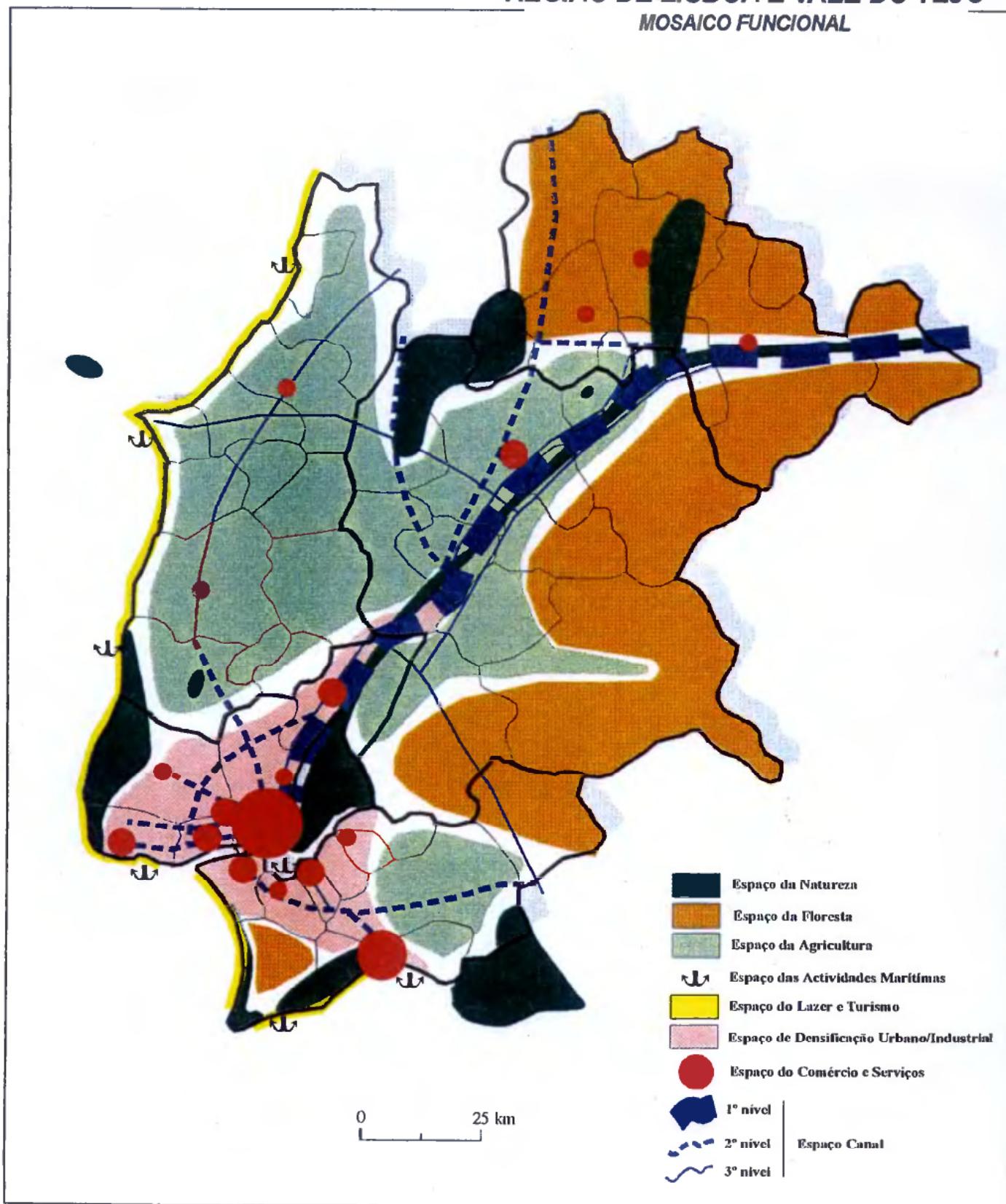
Os 51 municípios que compõem a Região de Lisboa e Vale do Tejo apresentam, contudo, dinâmicas territoriais distintas. Três sub-regiões podem ser identificadas:

- a Área Metropolitana de Lisboa, com cerca de 2,5 milhões de habitantes e com os maiores índices de urbanização do país, apresenta uma crescente especialização em funções terciárias superiores, concentrando um número significativo de infra-estruturas físicas e imateriais qualificadas; contudo, subsistem diversos problemas de ordenamento do território e de exclusão social, fruto de um crescimento urbano muito rápido;
- o Vale do Tejo, com aproximadamente 440,7 mil habitantes, localiza-se numa posição de charneira entre o litoral atractivo e o interior repulsivo, por um lado, e o norte e o sul, por outro. Ainda que alguns centros e eixos urbanos de média dimensão apresentem um dinamismo considerável, parte da sub-região tem sentido os efeitos da excessiva dependência da actividade agrícola;
- o Oeste, com cerca de 315,7 mil habitantes, corresponde a uma espaço complexo e multifacetado, sendo relevante a actividade empresarial ligada a processos de industrialização difusa, sustentada por um modelo de desenvolvimento endógeno. Contudo, a dispersão do povoamento tem colocado alguns problemas na dotação de equipamentos e infraestruturas de apoio à população.

As desigualdades nos níveis de desenvolvimento das diferentes unidades territoriais que compõem a Região de Lisboa e Vale do Tejo impõem uma estratégia de desenvolvimento específica. O PORLVT é uma intervenção operacional, prevista no âmbito do Eixo 4 do II Quadro Comunitário de Apoio que procura dar resposta a algumas das orientações estratégicas definidas para a região, consubstanciando-se em três sub-programas:

- Sub-Programa A: Reforço da Coesão do Território Regional e Melhoria da Qualidade de Vida;
- Sub-Programa B: Acções de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional;
- Sub-Programa C: Dinamização Regional.

REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO MOSAIKO FUNCIONAL



Extraído de: Avaliação Intercalar do PORLVT, CEDRU

2 - SISTEMA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO

O D.L. 99/94 definiu a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo de execução do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) para as intervenções estruturais comunitárias relativas a Portugal. O Despacho conjunto dos membros do governo, com responsabilidade no FEDER, de 3/6/94, criou as unidades de gestão dos três sub-programas do PORLVT definindo, simultaneamente, as respectivas composições e competências.

A estrutura de gestão do PORLVT é presidida pelo Presidente da CCRLVT. A gestão específica do PORLVT incumbe a um Gestor, apoiado por Unidades de Gestão. As competências do Gestor referem-se aos seguintes aspectos:

- propor a regulamentação e assegurar a organização dos processos de candidaturas ao financiamento pela intervenção respectiva;
- assegurar o cumprimento, por cada projecto, das normas nacionais e comunitárias aplicáveis;
- assegurar que são cumpridas as condições de cobertura orçamental dos projectos;
- aprovar candidaturas de projectos, uma vez obtido o parecer da unidade de gestão;
- apreciar da conformidade de pedidos de pagamento que sejam apresentados pelos executores de projectos e efectuar os pagamentos;
- assegurar que seja instituído um sistema de controlo adequado a uma verificação dos processos de candidaturas e de pagamentos, conforme os normativos aplicáveis;
- elaborar o relatório de execução do Programa Operacional.

São competências das Unidades de gestão:

- propor aos membros do governo, com responsabilidade nos fundos comunitários envolvidos, a aprovação do seu regulamento interno;
- dar parecer sobre os projectos de decisão do Gestor relativos a candidaturas ao financiamento pelo Programa Operacional;
- dar parecer sobre os projectos de relatório de execução elaborados pelo Gestor;

- acompanhar e dar parecer sobre o sistema de controlo e avaliação.

Na sequência do artigo 31 do DL 99/94, o Sub-Programa A foi integralmente contratualizado às Associações de Municípios da Lezíria e Médio Tejo, Oeste e à Junta Metropolitana de Lisboa, onde se definem os direitos e obrigações das partes, no que se refere à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo das verbas correspondentes. Durante o ano de 1997 realizaram-se diversas reuniões destas entidades com vista à gestão deste Sub-Programa:

- Junta Metropolitana de Lisboa : 24
- Associação de Municípios da Lezíria e Médio Tejo : 12
- Associação de Municípios do Oeste : 12

Relativamente aos dois outros Sub-Programas, a gestão é assegurada por unidades de gestão distintas. Durante o ano de 1997, realizaram-se 5 reuniões da unidade gestora do Sub-Programa B e 5 da unidade de gestão do Sub-Programa C.

O acompanhamento específico da execução do PORLVT e a avaliação dos seus impactos socio-económicos incumbe a uma Unidade de Acompanhamento. Durante o ano de 1997, esta Unidade realizou a 6^a e a 7^a reuniões, tendo-se salientado o seguinte:

Na 6^a reunião (20 de Junho de 1997)

- Foi aprovado o relatório de execução do ano de 1996
- Foi feita uma exposição sobre o relatório final do estudo de avaliação intercalar
- Foi apresentada uma proposta de reprogramação

Na 7^a reunião ((24 de Novembro de 1997)

- Foi elaborado o ponto de situação da execução do Programa
- Foi aprovada uma proposta de reprogramação, considerando já os 15,875 MECU's FEDER de reforço
- Foi aprovado o orçamento de Assistência Técnica, para o ano de 1998

3 - EXECUÇÃO GLOBAL DA INTERVENÇÃO OPERACIONAL

O Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo tem, como investimento total programado para o ano de 1997, o montante de 102.214 mil ECUS, dos quais 101.720 mil ECUS (99,5%) correspondem a despesa pública. As subvenções comunitárias previstas, com origem no FEDER, ascendem a 75.502 mil ECUS (74,2% do total da despesa pública programada), sendo de 26.218 mil ECUS (25,7%) a contribuição nacional total; destes, 23.089 mil ECUS (22,7%) são provenientes das Autarquias Locais.

A despesa pública aprovada para o ano de 1997, pelas entidades gestoras do PORLVT, foi de 189.177 mil ECUS, que correspondem a 185,9% da despesa pública programada para o ano, na decisão comunitária. Desde o início do programa até 31/12/97, foram aprovados 577 projectos pelas entidades gestoras.

Durante o ano de 1997 foram efectuadas as seguintes transferências financeiras:

1º adiantamento de 1997	37 751 000 ECUS	7 329 318 899\$00
2º adiantamento de 1997	22 650 600 ECUS	4 427 512 782\$00
saldo de 1996	10 807 600 ECUS	2 170 295 771\$00
1º adiantamento de 1998	44 380 000 ECUS	8 958 458 040\$00

Em Dezembro foi, ainda, solicitado o 2º adiantamento da fracção de 1998, no valor de 26 628 000 ECUS.

A despesa pública realizada e contabilizada de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1997, foi de 105.151 mil ECUS, o que corresponde a 55,5% da despesa pública aprovada pelas entidades gestoras do programa e a 103,3% relativamente ao programado na decisão comunitária para 1997.

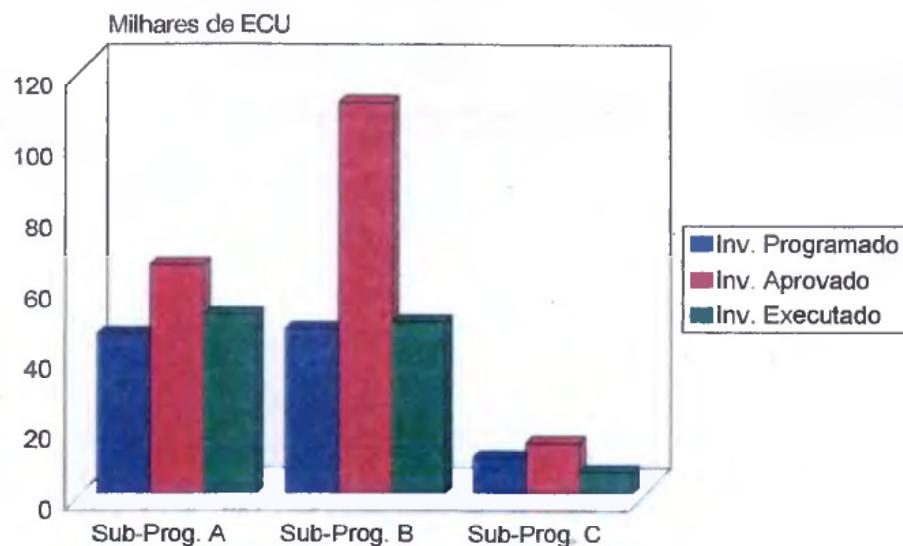
A taxa de execução da despesa pública acumulada, realizada desde o início do PORLVT até 31 de Dezembro de 1997, era de 100,8% relativamente ao total

programado na decisão comunitária, para o período homólogo e, de 76.3% relativamente ao total aprovado pelas entidades gestoras do programa, no mesmo período.

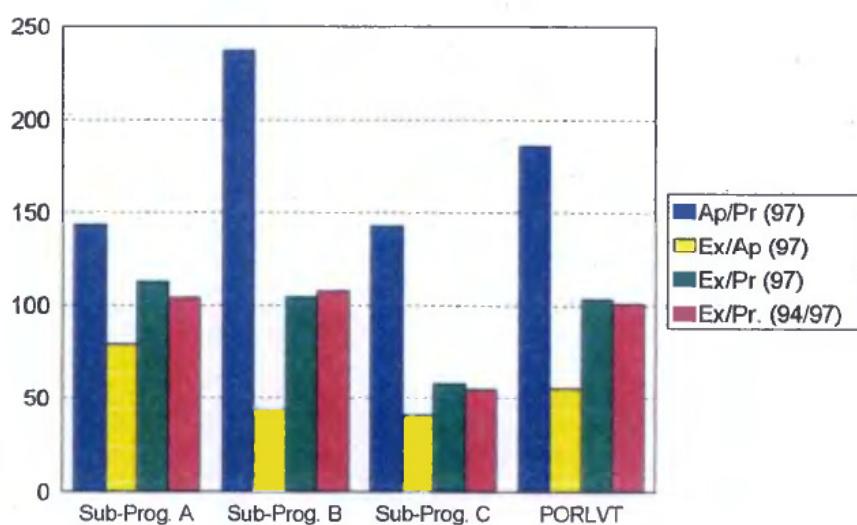
Em 1997, à semelhança do que sucedeu em anos anteriores e, tendo em conta a despesa aprovada pelas entidades gestoras, existiram alguns entraves à execução do Programa Operacional, limitando os seus níveis de execução:

- a ausência, por parte de alguns municípios, de Planos Directores Municipais (PDM) aprovados;
- o processo administrativo das empreitadas e concursos públicos, ao abrigo da actual legislação, é frequentemente incompatível com o suporte humano e técnico da Administração Local;
- o esforço financeiro que se exige às Câmaras Municipais é dificilmente suportável para os projectos estruturantes de grande dimensão.
- a necessidade de promover uma melhor articulação com outros instrumentos financeiros do QCA II e de programas de âmbito nacional, designadamente, no domínio do ambiente;
- as lacunas existentes ao nível do ordenamento do território e de planos de desenvolvimento integrados supra-municipais que permitam evidenciar, de uma forma explícita, as opções estratégicas de desenvolvimento estruturantes, com um âmbito regional ou sub-regional;
- as grandes carências, ainda existentes, na infra-estruturação da região e as limitações orçamentais dos promotores colocam limitações à celeridade da execução do Programa Operacional.

Investimento Programado, Aprovado e Executado, por Sub-Programa, em 1997



Taxa de Execução do PORLVT por Sub-Programas



4 - EXECUÇÃO DA INTERVENÇÃO OPERACIONAL POR SUB-PROGRAMAS E POR MEDIDAS

4.1 - SUB-PROGRAMA A: REFORÇO DA COESÃO DO TERRITÓRIO REGIONAL E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

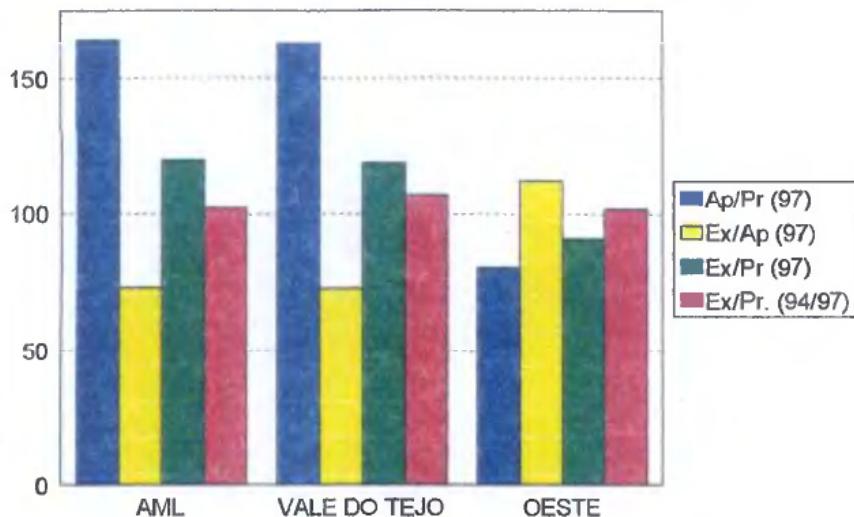
O investimento público previsto para este Sub-Programa, para o ano de 1997, é de 45.301 mil ECUS, o que representa cerca de 44,5% do total do PORLVT para o mesmo ano. Contudo, o investimento aprovado pelas entidades gestoras do programa, até 31/12/97, representa apenas 34,3% do total aprovado (189.177 mil ECUS). Até àquela data existiam 269 projectos aprovados.

A taxa de execução da despesa pública, desde o início do Sub-Programa até 31/12/97, era de 103,8% relativamente à programação comunitária para o período 1994/97.

O Sub-Programa A apresenta na sua globalidade, um bom desempenho traduzido nas elevadas taxas de execução, tendo por base o investimento programado, quer para o ano de 1997, quer para o quadriénio.

A aprovação de projectos tem decorrido de acordo com o delineado na contratualização com as associações de municípios, ainda que, para a sub-região Oeste, a existência de alguns municípios, sem PDM aprovado, impossibilite que se atinja uma taxa de aprovação de projectos mais elevada.

Taxa de Execução do Sub-Programa A por Medidas (%)



Apresentam-se, seguidamente e de forma sintética, as taxas de execução financeira do Sub-Programa Reforço da Coesão do Território Regional e Melhoria da Qualidade de Vida, por sub-região de intervenção.

4.1.1 - ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

- a) Os montantes aprovados entre 1/1/97 e 31/12/97 constituem 164,4% da despesa pública programada, para este ano, na AML;
- b) Os 21.744 mil ECUS executados nos diversos projectos, ao longo do presente ano, representam 119,9% e 72,9% em relação, respectivamente, aos montantes públicos previstos na decisão comunitária e aprovados pelas entidades gestoras do Sub-Programa;
- c) A taxa de execução da despesa pública, desde 1/1/94 até 31/12/97, dos 62 projectos aprovados era de 102,2% relativamente à programação para o primeiro quadriénio.

4.1.2 - VALE DO TEJO

- a) A relação entre a despesa pública aprovada e a despesa pública programada, em 1997 e nesta sub-região, é de 163,0%;

- b) Durante o presente ano, a despesa registada foi de 18.847 mil ECUS, representando 72,8% do valor aprovado e 118,8% dos montantes inicialmente previstos pelas instâncias comunitárias em 1997;
- c) A taxa de execução da despesa pública, realizada nos 124 projectos aprovados durante os quatro primeiros anos do Sub-Programa A, representa 107,1% dos montantes programados para o mesmo período.

4.1.3 - OESTE

- a) A despesa pública prevista para 1997, nos projectos aprovados, representa 80,9% da que foi programada na decisão comunitária;
- b) A despesa pública realizada e contabilizada nas entidades gestoras, entre 1/1/97 e 31/12/97 (10.314 mil ECUS), atingiu 91,0% da despesa pública programada e 112,4% da despesa pública aprovada para o ano de 1997;
- c) Desde o início do Sub-Programa no Oeste até 31/12/97 foram aprovados 83 projectos, sendo de 101,8% a taxa de execução financeira relativamente ao investimento programado para o período 1994/97.

4.2 - SUB-PROGRAMA B: ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE VALOR ESTRATÉGICO REGIONAL

O investimento público previsto para este Sub-Programa, para o ano de 1997, é de 46.610 mil ECUS, o que representa cerca de 45,8% do total do programa, para o mesmo ano. Os 134 projectos aprovados, para este Sub-Programa, representam 58,3% dos montantes aprovados para o Programa Operacional.

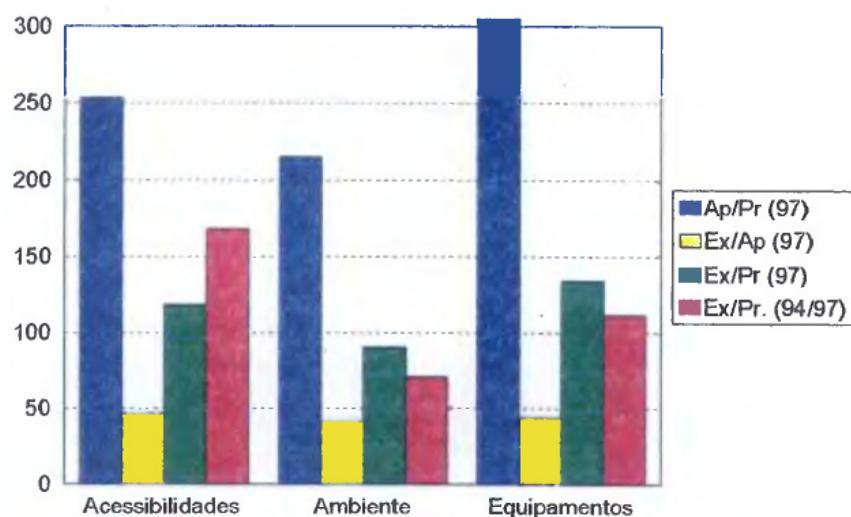
O investimento realizado desde o início do Sub-Programa até 31/12/97 possibilitava atingir uma taxa de execução financeira de 107,5% relativamente aos montantes aprovados para os quatro primeiros anos para este Sub-Programa.

O Sub-Programa B apresenta a mais elevada taxa de execução acumulada, o que em parte se deve à situação de "overbooking" da medida Transportes e

Acessibilidades, dada a aprovação inicial de projectos estruturantes de grande dimensão para a Região de Lisboa e Vale do Tejo.

A medida Ambiente é a que apresenta os menores níveis de execução financeira, consequência da existência de projectos de grande vulto e complexidade e de envolverem frequentemente processos de concertação institucional e financeira entre promotores.

Taxa de Execução do Sub-Programa B por Medidas (%)



Apresentam-se, seguidamente e de forma sintética, as taxas de execução financeira, por medida, do Sub-Programa B.

4.2.1 - MEDIDA 1: TRANSPORTES E ACESSIBILIDADES

- A relação entre a despesa pública aprovada pelas entidades gestoras e a despesa pública programada, em 1997, é de 252,9%;
- Durante o presente ano, a despesa registada na medida 1, deste Sub-Programa, foi de 18.743 mil ECUS, representando 46,7% do valor aprovado pelas entidades gestoras em 1997 e 118,2% do montante inicialmente previsto na Decisão, para o mesmo ano;

c) A taxa de execução da despesa pública, realizada durante os quatro primeiros, anos representava 167,8% dos montantes programados, correspondendo a 33 projectos aprovados.

4.2.2 - MEDIDA 2: AMBIENTE

- a) Os montantes aprovados em 1997 constituem 214,8% da despesa pública programada para a medida Ambiente;
- b) Os 23.558 mil ECUS executados nos 53 projectos, ao longo do presente ano, representam, respectivamente, 90,2% e 42,0% para os montantes públicos previstos pela Comunidade e aprovados pelas entidades gestoras;
- c) A taxa de execução acumulada da despesa pública, até 31/12/97, era de 70,3% relativamente à programação.

4.2.3 - MEDIDA 3: EQUIPAMENTOS SOCIO-ECONÓMICOS

- a) A despesa pública aprovada, de 1/1/97 a 31/12/97, representa 304,9% da despesa pública programada na decisão comunitária para 1997;
- b) A despesa pública realizada e contabilizada nas entidades gestoras, em 1997, atingiu 134,6% da despesa pública programada para 1997 e 44,1% da despesa pública aprovada;
- c) Desde o início do Sub-Programa até 31/12/97 foram aprovados 48 projectos, tendo sido executados 111,1% do total da despesa pública programada.

4.3 - SUB-PROGRAMA C: DINAMIZAÇÃO REGIONAL

O investimento público previsto para o Sub-Programa C, para o ano de 1997, é de 9.809 mil ECUS, representando 9,7% da programação do PORLVT, para o mesmo ano. O investimento aprovado pelas entidades gestoras, em 1997 (13.975 mil ECUS), representa 7,4% do total aprovado para o programa, correspondendo a 174 projectos.

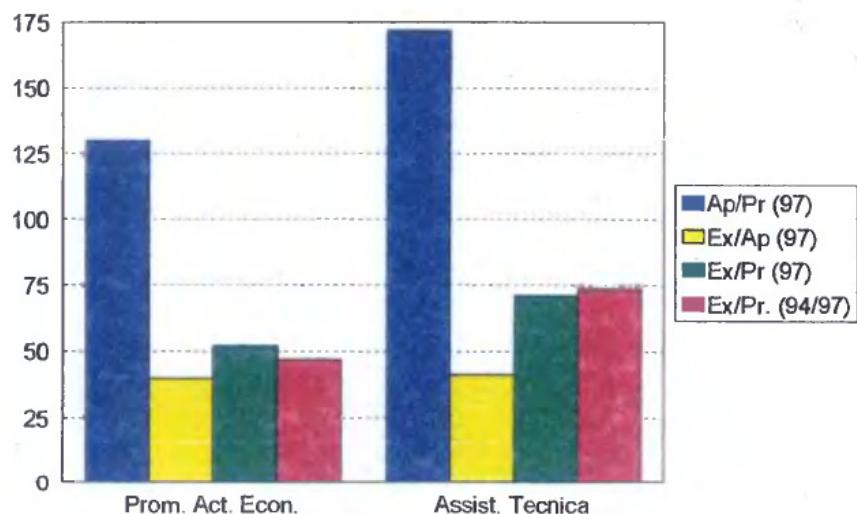
A taxa de execução da despesa pública desde o início do Sub-Programa até 31/12/97, era de, apenas, 54,9% relativamente à programação comunitária para o primeiro quadriénio do programa.

O Sub-Programa C é o que apresenta um desempenho mais fraco, tendo, sobretudo em consideração os montantes programados na decisão comunitária. Os atrasos devem-se, fundamentalmente, ao facto da medida 1 - Promoção da Actividade Económica- só se ter iniciado durante o ano de 1995.

Trata-se de um Sub-Programa inovador que, ao procurar mobilizar os recursos endógenos, tem possibilitado criar dinâmicas institucionais e associativas positivas, pelo que, no período recente, este Sub-programa tem vindo a melhorar a sua "perfomance", o que possibilitou que os montantes aprovados, para o ano de 1997, fossem superiores aos programados.

Apresentam-se, seguidamente e de forma sintética, as taxas de execução financeira, por medida, do Sub-Programa Dinamização Regional.

Taxa de Execução do Sub-Programa C por Medidas (%)



4.3.1 - MEDIDA 1: PROMOÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

- a) Os montantes aprovados, até 31/12/97, constituem 129,9% da despesa pública programada para 1997;
- b) Os 3.589 mil ECUS executados nos diversos projectos, ao longo do presente ano, representam 52,0% e 40,0% para os montantes públicos programados na decisão comunitária e aprovados pelas entidades gestoras do programa para 1997, respectivamente;
- c) A medida 1 do Sub-Programa C, do PORLVT, apenas teve o seu início em 1995, tendo sido aprovados 94 projectos, até 31/12/97, atingindo a execução financeira somente 47,0% do total da despesa pública programada para os quatro primeiros anos de vigência do programa.

4.3.2 - MEDIDA 2: ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- a) A despesa pública nos projectos aprovados, para o ano de 1997, representa 172,0% da despesa pública programada na decisão comunitária;
- b) A despesa pública realizada e contabilizada nas entidades gestoras, em 1997, atingiu 71,1% da despesa pública programada para 1997 e 41,3% da despesa pública aprovada para o ano;
- c) A taxa de execução acumulada da despesa pública dos 80 projectos aprovados nesta medida, até 31/12/97, era de 73,5% relativamente à programação comunitária.

5 - EXECUÇÃO FÍSICA DA INTERVENÇÃO OPERACIONAL, POR DOMÍNIOS

5.1. Transportes e acessibilidades

Num território com as características da Região de Lisboa e Vale do Tejo, existe uma inevitável sobreposição de intervenções, de agentes e de meios de diferentes níveis hierárquicos, que é difícil isolar.

No caso concreto das acessibilidades, há a referir a articulação do PORLVT com outros Programas, designadamente os investimentos realizados e a realizar no contexto do

Plano Rodoviário Nacional, com o apoio do Fundo de Coesão, e das intervenções da Expo 98, Metropolitano de Lisboa e Porto de Lisboa.

Neste domínio, as metas fixadas para as estradas desclassificadas beneficiadas, foram largamente ultrapassadas, apresentando um valor de aprovação de 119 km, o que excede em 238%, o valor programado (50 km). A execução registava, no final do ano, 76%, ou seja, estão concluídos 90 km de vias.

A nível da construção/beneficiação da rede viária municipal, os projectos aprovados correspondem a cerca de 1158 km, o que representa 758 km, a mais, que os considerados nas metas iniciais (estavam programados 400 km). Quanto à construção/beneficiação de eixos estruturantes regionais, o valor aprovado é de 53 km, o que excede em 30%, o valor programado (40 km), encontrando-se executados 20 km.

Relativamente às infraestruturas de apoio ao sistema de transportes, encontra-se aprovado um centro multimodal de transportes, num total de 4 previstos e, no que respeita às infraestruturas aeroportuárias, está aprovada uma, que corresponde ao número fixado na programação.

O impacto potencial deste conjunto de projectos que correspondem em termos gerais, à construção e remodelação de cerca de 1 500 km de estradas e vias urbanas, um centro multimodal e um aeródromo, ainda que significativo, ficará aquém das necessidades da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

5.2. Ambiente

Entre outros objectivos, o PORLVT visa melhorar as infraestruturas básicas da Região de Lisboa e Vale do Tejo, contribuindo para o reforço da dimensão ambiental, tida como essencial na prossecução do desenvolvimento sustentado desta Região. Os subprogramas A e B estão vocacionados para este objectivo.

As acções apoiadas por estes subprogramas, articulam-se com outros instrumentos financeiros, quer ao nível das intervenções operacionais sectoriais do QCAII, quer dos programas de incidência nacional, promovidos pela Administração Central.

Assim, alguns projectos de maior dimensão são apoiados pelo Fundo de Coesão. A construção de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, drenagem e tratamento de esgotos e de resíduos sólidos urbanos, na Área Metropolitana de Lisboa, são objecto de intervenção pelo Fundo de Coesão, tais como a protecção, valorização e qualificação de áreas protegidas ou ambientalmente sensíveis.

Os projectos aprovados, no domínio do ambiente, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, abrangem três segmentos essenciais: abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e resíduos sólidos.

Os diversos projectos já aprovados, no PORLVT, para o abastecimento de água, contemplam a construção de 89 reservatórios (67 no subprograma A e 22 no subprograma B) e 683 km de redes de abastecimento (605 km, no subprograma A e 78 Km no subprograma B). O número de reservatórios previstos pelo subprograma A para as sub-regiões do Vale do Tejo (previam-se 16 reservatórios, estando já aprovados 31) e do Oeste (previam-se 12 reservatórios, estando já aprovados 31) encontram-se já ultrapassados, ao contrário do que sucede na Área Metropolitana de Lisboa (dos sete previstos, encontram-se aprovados 5). Relativamente à extensão de redes de abastecimento, o valor previsto no conjunto dos dois subprogramas, já foi atingido (o valor previsto é de 680 km), estando executados 420 km, o que representa cerca de 61% do aprovado.

Entre o início do Programa Operacional e o fim do ano de 1997, as unidades de gestão já aprovaram projectos que contemplam a construção e/ou ampliação de redes de drenagem de águas residuais, numa extensão de 667 km e de 69 estações de tratamento.

A população servida pelos projectos apoiados, no âmbito do subprograma B, é de 840 mil habitantes, ultrapassando, largamente, o valor previsto para este indicador (150 mil habitantes). Estes números reflectem o voluntarismo dos promotores e das entidades gestoras do PORLVT, em face das carências que a Região apresenta neste tipo de infraestruturas.

As taxas de execução das acções relacionadas com a drenagem e tratamento de esgotos mantêm-se aquém dos níveis desejados. Ainda assim, a cumprirão-se nos restantes anos, os valores aprovados para os diversos projectos de drenagem e tratamento de águas residuais, será de esperar um incremento substancial dos níveis de atendimento, sendo, particularmente evidentes, nas sub-regiões do Oeste e do Vale do Tejo. Na Área Metropolitana de Lisboa, os projectos aprovados que contemplam a construção de ETAR, apenas beneficiam uma pequena parcela da população, uma vez que os projectos estruturantes, desta sub-região, irão ser apoiados pelo Fundo de Coesão.

No segmento dos resíduos sólidos, a principal carência faz-se sentir ao nível da ausência das estações de tratamento ou do mau funcionamento dos "aterros sanitários" existentes.

Deste modo, a prioridade é a de eliminar ou minimizar os efeitos da poluição ambiental, resultantes da acumulação descontrolada de resíduos sólidos.

Até final de 1997, foram aprovados seis projectos, que consistem na construção das seguintes infraestruturas de tratamento:

- aterro sanitário de Vila Franca de Xira
- estação de compostagem em Setúbal
- requalificação do sistema intermunicipal de resíduos sólidos e estação de transferência, em Peniche
- aterro sanitário intermunicipal dos concelhos de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Salvaterra de Magos e Chamusca

- sistema de resíduos sólidos urbanos do Agrupamento de Abrantes, Gavião, Mação e Sardoal
- sistema de resíduos sólidos urbanos dos municípios do Médio Tejo.

O primeiro projecto é apoiado pelo subprograma A, enquanto os restantes cinco enquadram-se na Acção B, da medida 2 - Ambiente, do subprograma B.

A nível da execução, encontram-se concluídos os dois primeiros projectos. No caso do sistema de resíduos sólidos urbanos do Agrupamento de Abrantes, Gavião, Mação e Sardoal, o projecto encontra-se em fase adiantada de execução.

5.3. Infraestruturas e equipamentos socio-económicos

Os equipamentos socio-económicos são um dos domínios de intervenção contemplados na estrutura e nos objectivos definidos para o PORLVT. Outro dos objectivos estratégicos do Programa diz respeito ao incremento da competitividade da economia regional, na qual a criação de condições de infraestruturas assume um papel importante.

A análise efectuada ao nível do subprograma A, ou seja dos equipamentos de impacto local, nomeadamente, nas vertentes educativa, cultural, recreativa e desportiva, apresenta níveis de comprometimento de 162%, face aos objectivos fixados, estando realizado 73%.

As infraestruturas de apoio às actividades produtivas (loteamentos e zonas industriais), no conjunto dos dois subprogramas, e num total de 8 projectos aprovados, representam 80% das metas fixadas.

Ainda, no que se refere às acções de apoio à actividade económica, foram aprovados 8 projectos, relativos a equipamentos/instalações, no âmbito do subprograma B.

De uma forma geral, a situação no domínio das infraestruturas e dos equipamentos socio-económicos, está em consonância com as metas e os objectivos gerais e específicos, delineados para o PORLVT, nomeadamente na dotação de infraestruturas de apoio à actividade produtiva e no alargamento da cobertura territorial das redes de equipamentos socio-económicos.

6 - INDICAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO PREVISÍVEL EM 1998

O Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, no período que decorreu entre o seu início e 31 de Dezembro de 1997, aprovou um total de 577 projectos, correspondentes a um investimento elegível de 451,7 milhões de ECUS. Tendo, como referência, os 514,7 milhões de ECUS programados para a vigência de todo o Programa Operacional, conclui-se que, apenas estão disponíveis 63 milhões de ECUS (cerca de 12,2% do montante inicialmente aprovado na decisão comunitária).

O esforço que as entidades gestoras e os promotores têm efectuado, no sentido de assegurar elevadas taxas de execução financeira, tem gerado um progressivo incremento nos montantes de investimento, ao longo dos anos. Se, no ano de arranque do Programa Operacional, o investimento executado foi de, somente, 19,0 milhões de ECUS, durante o ano de 1997 o montante ascendeu a 105,2 milhões de ECUS. Deste modo, desde o início do PORLVT até ao final de 1997, as entidades gestoras tinham registado 271,8 milhões de ECUS de investimento executado.

Evolução da Execução Financeira, por Sub-Programas e Medidas (em MECUS)

SUBP. / Medida	1994	1995	1996	1997	1994/97
SUB-PROG. A	12.287	25.691	35.769	50.906	124.653
AML	5.922	9.336	12.063	21.744	49.065
Vale do Tejo	4.633	9.365	12.172	18.847	45.017
Oeste	1.732	6.989	11.533	10.314	30.568
SUB-PROG. B	6.502	38.903	38.873	48.577	132.855
Transportes	2.745	28.462	20.511	18.743	70.461
Ambiente	3.415	7.693	13.996	23.558	48.662
Equipamentos	341	2.747	4.366	6.276	13.730
SUB-PROG. C	206	2.876	5.534	5.666	14.282
Prom.Act.Econ.	-	1.734	3.272	3.589	8.595
Assist. Técnica	206	1.142	2.261	2.077	5.686
TOTAL	18.996	67.472	80.177	105.151	271.796

A taxa de execução anual do PORLVT registou uma melhoria bastante significativa de 1994 para 1997 (passou de 46,9% em 31/12/94 para 103,3% em 31/12/97). Esta melhoria nos níveis de execução do Programa Operacional, reflecte-se nos três Sub-Programas e respectivas medidas, ao longo dos três últimos anos. Por conseguinte, a taxa de execução acumulada tem vindo a registar progressivas melhorias, situando-se, em 31/12/97, em 100,8%. Embora o grande incremento nos níveis de execução do PORLVT tenha ocorrido durante o ano de 1995, foi a partir de 1996 que as despesas efectuadas atingiram os montantes programados na decisão comunitária.

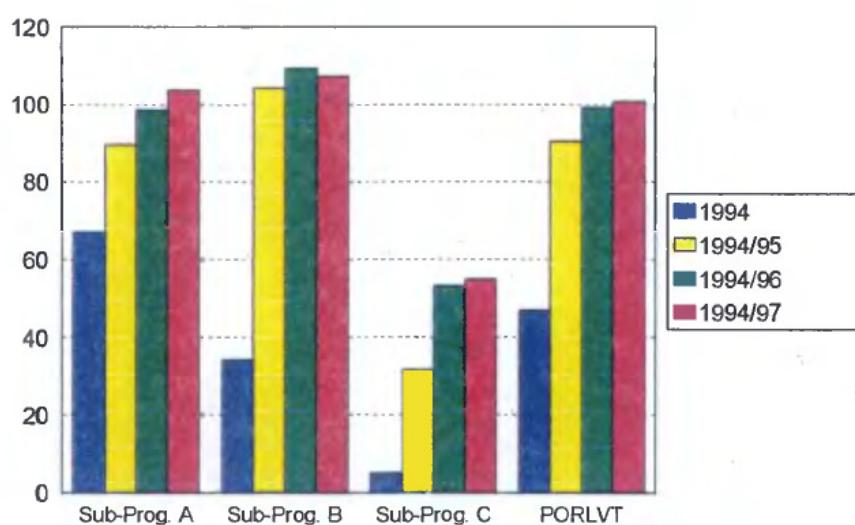
Evolução da Execução Financeira, por Sub-Programas e Medidas (em %)

SUBP. / Medida	1994	1995	1996	1997	1994/97
SUB-PROG. A	67,0	107,2	110,3	112,3	103,8
AML	80,7	97,3	93,0	119,9	102,2
Vale do Tejo	72,2	111,6	107,2	118,8	107,1
Oeste	37,7	116,6	142,2	91,0	101,8
SUB-PROG. B	34,4	157,7	116,5	104,2	107,5
Transportes	42,8	339,4	180,8	118,2	167,8
Ambiente	32,3	55,7	74,9	90,2	70,3
Equipamentos	18,1	111,4	130,8	134,6	111,1
SUB-PROG. C	5,1	55,4	78,8	57,7	54,9
Prom.Act.Econ.	-	47,5	66,3	52,0	47,0
Assist. Técnica	17,4	74,0	108,2	71,1	73,5
TOTAL	46,9	125,3	110,1	103,3	100,8

Apesar dos bons níveis de execução do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, subsistem alguns desequilíbrios nas taxas de execução dos Sub-Programas e Medidas.

O investimento executado ao abrigo do Sub-Programa A ultrapassou, pela primeira vez, os montantes inicialmente programados. Neste Sub-Programa não se evidenciam diferenças significativas nos níveis de execução de cada uma das suas medidas. O facto deste Sub-Programa estar contratualizado com as Associações de Municípios, sendo a distribuição dos fundos realizada de acordo com as transferências do FEF, leva a que, a aprovação de acções decorra, de uma forma progressiva, ao longo do tempo, estando, ainda, disponíveis cerca de 1/5 dos recursos programados para este Sub-Programa. Por conseguinte, espera-se que, durante o ano de 1998, a aprovação e a execução das acções decorram com normalidade e a um ritmo semelhante ao dos últimos três anos.

Evolução da Taxa de Execução Acumulada por Sub-Programas (%)

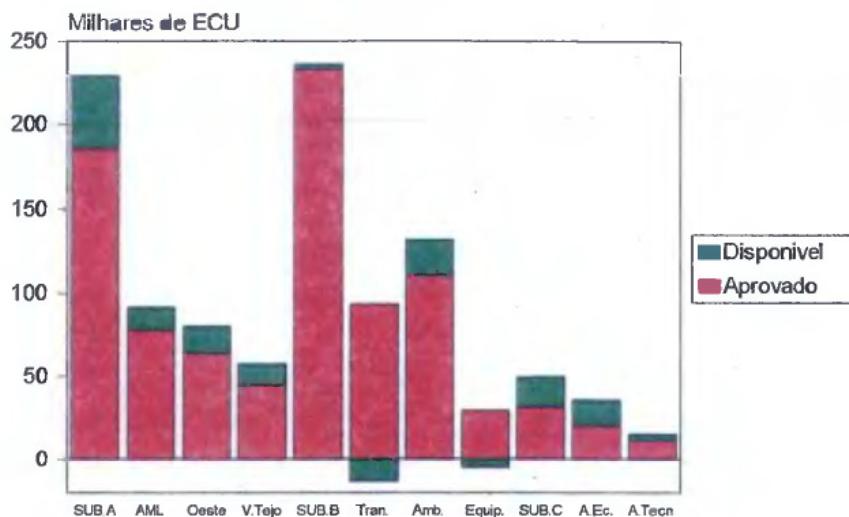


No Sub-Programa B, evidenciam-se diferenciações significativas nos níveis de execução das três medidas que o constituem. Enquanto as medidas 1 (Transportes e Acessibilidades) e 3 (Equipamentos Socio-económicos) possuem bons desempenhos, dado que a despesa realizada supera os montantes programados para o quadriénio, a medida 2 (Ambiente) possui uma taxa de execução acumulada de 70,3%. O atraso desta medida fica, por um lado, a dever-se à complexidade de algumas acções, acentuada pelo seu carácter inter-municipal e, por outro, aos atrasos registados durante o primeiro triénio, fruto de rigorosos Invernos em 1995 e 1996 e do adiamento

de algumas decisões, no âmbito da cobertura da região, em infra-estruturas de tratamento de resíduos sólidos. O início da construção dos aterros sanitários no Vale do Tejo e os dois últimos invernos amenos fazem antever uma recuperação significativa nos níveis de execução desta medida durante o ano de 1998. As medidas 1 e 3 registam situações de "overbooking". Na primeira, destinada ao domínio dos transportes, tal situação ocorreu logo no início do Programa Operacional, dado que esta medida estava comprometida com o apoio a 5 grandes projectos estratégicos para a região, tornando as verbas escassas para responder às numerosas necessidades existentes neste domínio. A recente situação de "overbooking", no domínio dos equipamentos deverá ser reequacionada, através do reforço da sua dotação orçamental, para dar prossecução à política da Administrações Local e Central, de dotar a região com equipamentos básicos de apoio à população.

O Sub-Programa C continua a ser aquele que apresenta uma taxa de execução mais fraca (54,9% relativamente aos montantes previstos pela Comunidade para os quatro primeiros anos do PORLVT). Os atrasos registados durante o primeiro ano de execução do Programa Operacional justificam este facto. No entanto, tem decorrido com normalidade a aprovação de projectos na unidade de gestão e, dados os esclarecimentos efectuados relativamente à sua articulação com outros programas, prevê-se uma continuação da recuperação das taxas de execução, ainda que, durante o ano de 1997, tenha ocorrido um abrandamento no ritmo de recuperação da execução financeira deste Sub-Programa. Importa, no entanto, levar em consideração que a natureza imaterial das acções envolvidas e os escassos recursos de alguns promotores levarão a que execução e o alcance deste Sub-Programa se faça de uma forma progressiva.

Investimento Elegível Aprovado Até 31/12/97 e Investimento Disponível Até 31/12/99



A informação disponível, por medidas e domínios, referente ao período 1994/97, da execução do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, permite verificar que, embora a região constitua um território que, globalmente tende a desenquadrar-se das regiões de Objectivo 1 da União Europeia, em virtude da dinâmica da AML, subsistem, ainda, um conjunto de problemas e carências que urge resolver.

Tendo em conta os diagnósticos realizados para a região e os resultados da avaliação intercalar do PORLVT, salientam-se as seguintes prioridades de intervenção:

- **Transportes e Acessibilidades:** há que privilegiar a articulação intermodal e a construção de algumas redes locais. Por forma a potenciar o efeito sinergético dos investimentos a realizar, no âmbito de outros Programas comunitários e nacionais, importa garantir a cobertura financeira de algumas candidaturas consideradas prioritárias, tais como, a construção de troços da Via de Cintura da AML, a 1ª fase da Alternativa à EN10, entre Corroios e Rouxinol e, o apoio à desclassificação das Estradas Nacionais, com um investimento global estimado, em cerca de, 22,5 MECUS;
- **Ambiente:** as carências da região em infra-estruturas de drenagem e tratamento de águas residuais só podem ser superadas através da articulação entre o Programa Operacional do Ambiente, Fundo de Coesão e o PORLVT. Só para a AML (particularmente para a margem sul) estima-se um investimento total superior a 102

MECUS, para dar cumprimento à Directiva 91/271/CEE, que define os sistemas de tratamento dos efluentes para diversos agrupamentos territoriais:

- **Equipamentos Socio-económicos e Renovação Urbana:** a construção de alguns equipamentos básicos de apoio à população, de dinamização económica e a implementação de acções de requalificação urbana tornam-se essenciais para promover a mobilização dos recursos endógenos e, por conseguinte, a fixação e atracção de população e de actividades para a região. A construção de Centros de Dinamização Económica (casos de Ourém e Rio Maior) e a ampliação de Zonas Industriais (casos de Constância, Abrantes e Torres Novas) poderão revelar-se estratégicas, estimando-se um investimento de, aproximadamente, 7,6 MECUS. Particularmente estruturante, é o projecto VALTEJO (Valorização do Tejo), cuja elaboração foi promovida pela CCRLVT, tendo como objectivo a promoção de uma estratégia de intervenção integrada, em torno do Tejo, e mobilizar os diversos agentes potencialmente interessados, sendo necessário, em fase de arranque, um investimento superior a 10,2 MECUS.

Face ao exposto, e num quadro de referência que é o período de actuação do PORLVT, foi proposto um reforço financeiro do Programa Operacional no valor de 106,8 MECUS (FEDER), com a seguinte distribuição por domínios:

- Transportes e Acessibilidades: 16,9 MECUS (FEDER);
- Ambiente: 76,5 MECUS (FEDER);
- Equipamentos Socio-económicos: 13,4 MECUS (FEDER).

Por outro lado, e tendo em conta as actuais disponibilidades financeiras de comparticipação FEDER, de 15,875 MECUS, para reforço do PORLVT, a proposta da sua repartição é a seguinte:

- Medida 1: Transportes e Acessibilidades - 21,4%
- Medida 2: Ambiente - 57,2%
- Medida 3: Ambiente - 21,4%

Na verba afecta à Medida 2 - Ambiente, estão consagrados 3,5 MECUS ao projecto Sistema de Águas Residuais de Minde e Mira de Aire.

Concomitantemente, propõe-se a reafectação da verba, de aproximadamente 3,8 MECUS, da Medida 1 do Sub-Programa C (Promoção da Actividade Económica) para a Medida 3 do Sub-Programa B (Acções de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional). Esta reprogramação justifica-se pelo facto, de as acções a desenvolver no âmbito da Medida 1 do Sub-Programa C, pelos Centros de Dinamização Económica, só podem ter eficácia e sustentabilidade após a construção das infraestruturas necessárias ao funcionamento dos núcleos locais, através da Medida 3 do Sub-Programa B.

7 - AVALIAÇÃO

O PORLVT constitui um instrumento essencial na prossecução do processo de desenvolvimento integrado e sustentado da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Os três Sub-Programas, que o compõem, procuram criar complementaridades e sinergias entre si, por forma a responder a algumas das necessidades da região.

A concretização do Sub-Programa A permitirá melhorar a qualidade de vida dos centros urbanos de pequena e média dimensão, através da sua dotação em equipamentos e infraestruturas. Procura-se, pois, responder às tendências recentes da população portuguesa na ocupação e organização do território. Esta tem mostrado uma forte apetência pelos espaços urbanos não metropolitanos, especialmente as cidades médias e as sedes de concelho. Estes espaços são vistos, cada vez mais, como alternativas credíveis de fixação de pessoas e de atracção de investimentos.

O Sub-Programa B pressupõe o reforço da coesão supra-local, através da aposta em estratégias que valorizem as redes de concertação entre os diversos centros urbanos da região de Lisboa e Vale do Tejo. Reforçada a coesão regional e a requalificação do sistema urbano, esperam-se efeitos multiplicadores para o processo de desenvolvimento de toda a região. Dado o carácter estruturante e a dimensão dos projectos associados a este Sub-Programa, mais de metade do investimento elegível aprovado, está afecto ao Sub-Programa B.

O Sub-Programa C contempla diversas dimensões, através da conjugação de dois tipos de dinamismos: por um lado, os de natureza endógena, que se relacionam com a capacidade de potencialização dos recursos existentes e, por outro lado, os exógenos, que resultarão da captação de investimentos exteriores ao seu espaço, designadamente em sectores inovadores. Visa-se, fundamentalmente, o aumento da competitividade regional através da valorização da flexibilidade e da inovação dos sistemas produtivos, onde o acesso à informação é um instrumento essencial para atingir aquele fim.

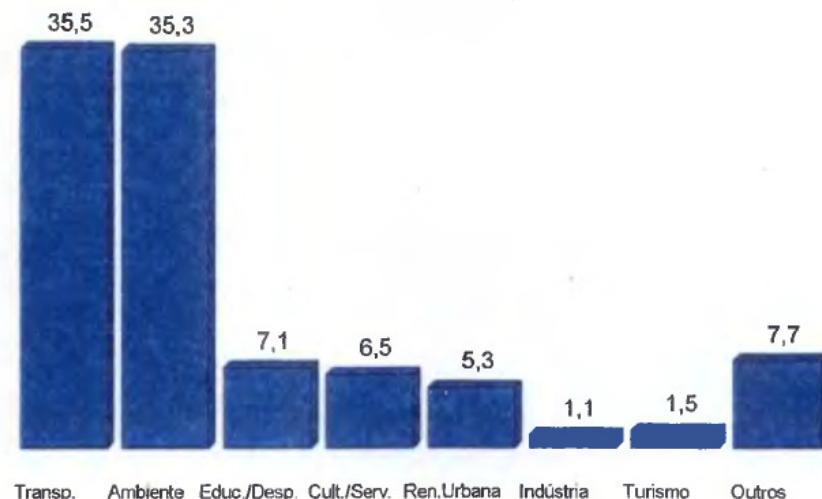
Estrutura do Investimento Elegível Aprovado por Sub-Programas e Medidas

SUBP. / Medida	AML	V. TEJO	OESTE	NÃO REG.	TOTAL
SUB-PROG. A	42,9	39,8	45,9	0,0	42,1
AML	42,9	0,0	0,0	0,0	18,1
Vale do Tejo	0,0	39,8	0,0	0,0	14,0
Oeste	0,0	0,0	45,9	0,0	10,0
SUB-PROG. B	51,1	55,0	49,2	0,0	51,7
Transportes	35,4	15,4	4,8	0,0	21,4
Ambiente	12,3	31,7	38,1	0,0	24,6
Equipamentos	3,5	8,0	6,3	0,0	5,6
SUB-PROG. C	6,0	5,1	5,0	100,0	6,2
Prom.Act.Econ.	4,5	3,7	3,5	23,5	4,2
Assist. Técnica	1,5	1,4	1,5	76,5	2,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tendo por base, a tipologia adoptada pela DGDR na classificação dos diversos projectos, por domínio de intervenção e considerando os montantes de investimento aprovados, constata-se que as acções associadas aos transportes e ao ambiente

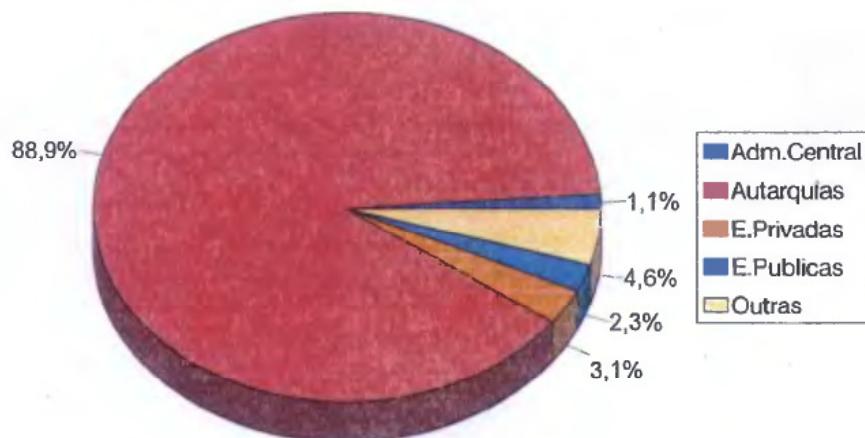
absorvem a maior fatia do investimento (superior a 70%), o que indica impactos muito significativos nestes domínios. Os equipamentos de apoio são também um domínio de intervenção importante (13,6%) do PORLVT.

Investimento Elegível Aprovado por Domínios (%)



A mobilização de agentes diversos constitui um dos aspectos mais positivos do PORLVT, até pela capacidade de criar, a médio e longo prazo, um quadro sustentável de actores e uma atitude de co-responsabilização nas opções estratégicas de desenvolvimento que se colocam à região. Nos primeiros quatro anos de execução do Programa Operacional, sobressai o grande protagonismo da Administração Local, responsável por quase 90% do investimento elegível aprovado. Seguem-se, a grande distância, a categoria de Outros Promotores (essencialmente associações empresariais e regiões de turismo), as empresas privadas e públicas e, em menor grau, a Administração Central.

Investimento Elegível Aprovado por Promotores (%)

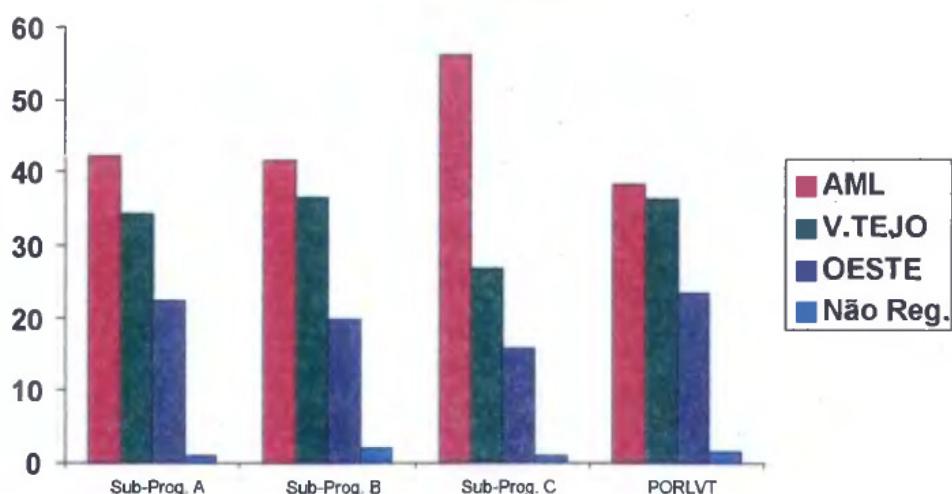


Do ponto de vista territorial, tendo por base as três sub-regiões que compõem a Região de Lisboa e Vale do Tejo, verifica-se que 38,4% do investimento elegível aprovado, localiza-se na Área Metropolitana de Lisboa. O Vale do Tejo e o Oeste concentram, respectivamente, 36,4% e 23,5% do investimento elegível aprovado. Tendo em consideração a dimensão demográfica de cada uma das três sub-regiões conclui-se que, o PORLVT terá impactos mais significativos na dinâmica territorial do Vale do Tejo e do Oeste, onde as captações do investimento aprovado são mais elevadas. O investimento médio, por habitante, é particularmente elevado nos concelhos de Constância, Gavião, Sardoal, Torres Novas e Almeirim. Apesar de, na AML, os montantes de investimento, por habitante, serem consideravelmente inferiores à média regional, verifica-se que o investimento médio por projecto é mais elevado (188,6 mil contos), o que traduz o carácter mais selectivo e menos extensivo do Programa Operacional nesta sub-região, devido também aos recursos disponíveis, para a AML, no âmbito de outros instrumentos financeiros (particularmente o Fundo de Coesão).

Investimento Elegível, Dimensão Média dos Projectos e Capitação por Sub-Região

SUB-REGIÃO	Nº de Project.	Investimento (Contos)	Elegível (%)	Invest. Médio (Contos)	Capitação (Contos)
AML	181	34.136.776	38,4	188.601	13,6
V.TEJO	243	32.353.759	36,4	133.143	73,5
OESTE	142	20.899.244	23,5	147.177	66,3
NÃO REGION.	11	1.418.114	1,7	128.919	-
TOTAL	577	88.807.893	100,0	153.913	27,2

Regionalização do Investimento Elegível Aprovado (%)

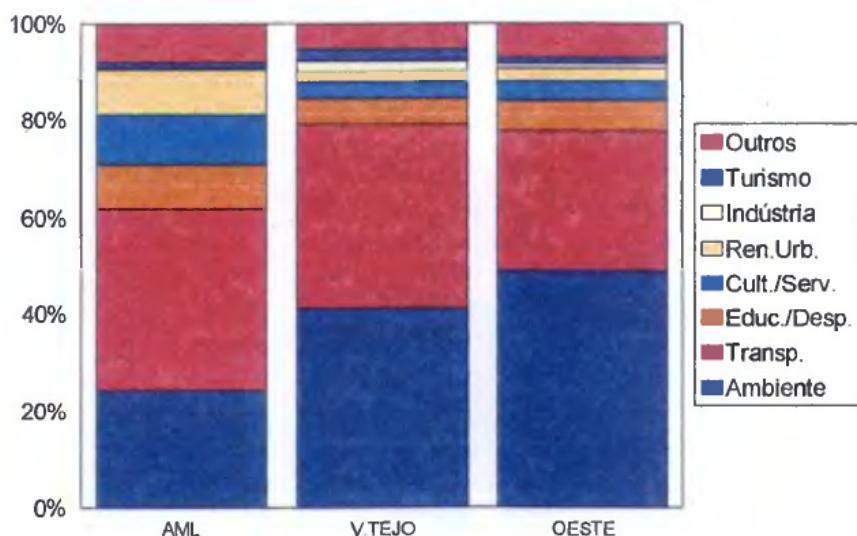


Apesar de, em todas as sub-regiões da Região de Lisboa e Vale do Tejo, os domínios do ambiente e das acessibilidades assumirem uma maior preponderância, existem algumas especificidades territoriais. Pela sua relevância destacam-se três:

- maior diversidade de investimentos na AML, enquanto no Oeste e no Vale do Tejo o ambiente e os transportes absorvem cerca de 80% do investimento aprovado;

- peso significativo (cerca de metade do total) dos investimentos realizados, no domínio do ambiente, na sub-região Oeste;
- relativo equilíbrio dos investimentos aprovados, para os domínios do ambiente e dos transportes, no Vale do Tejo.

Investimento Elegível Aprovado por Domínios



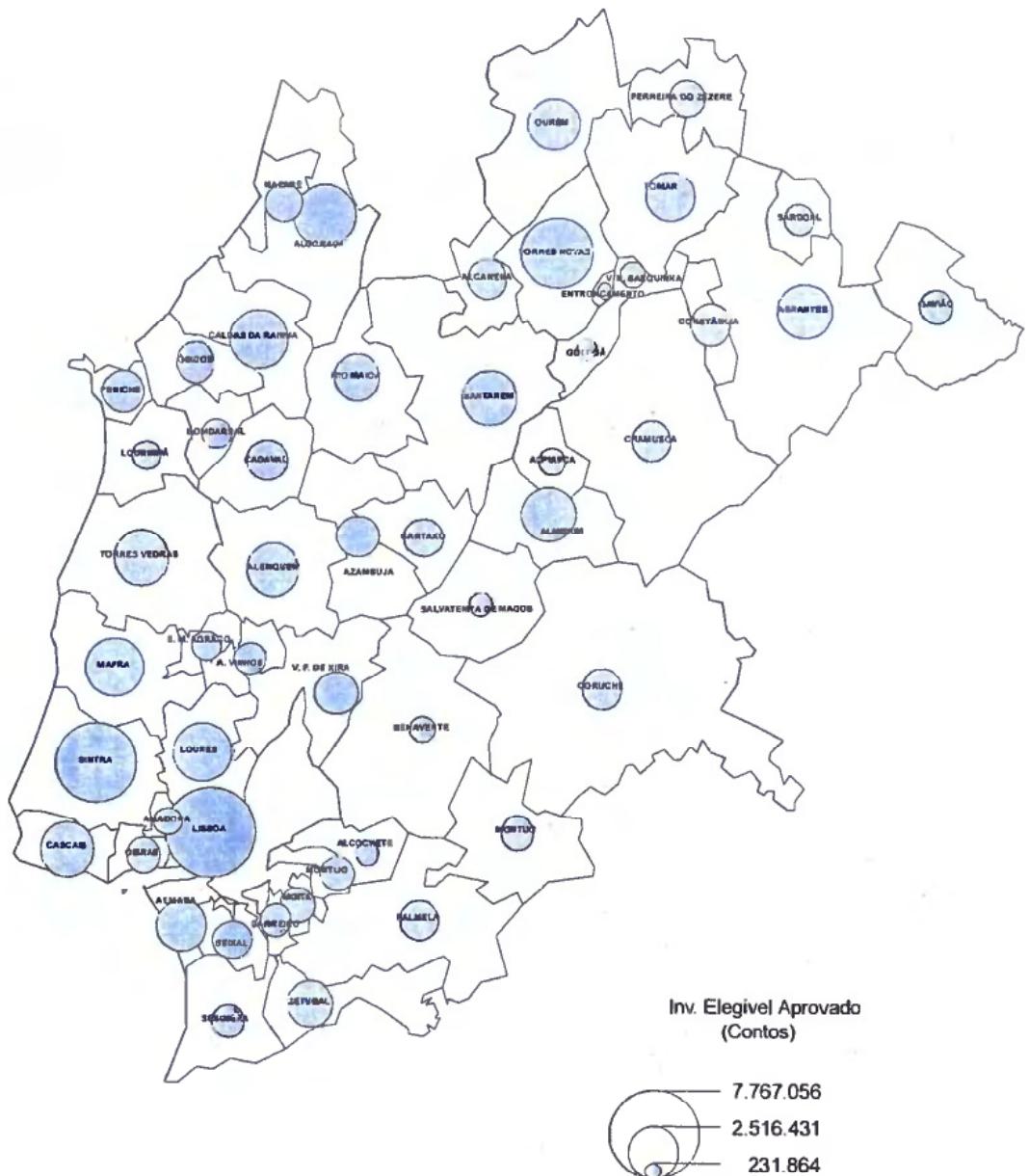
Um dos domínios em que os impactos do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo mais se farão sentir é no ambiente. O Estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo salienta dois segmentos essenciais dentro daquele domínio:

- em relação às águas residuais, as acções aprovadas, ao incidirem sobre soluções integradas de saneamento, dando ênfase à construção de estações de tratamento, permitirão aumentar significativamente os níveis de cobertura, particularmente, nas sub-regiões do Oeste e do Vale do Tejo, possibilitando uma diminuição das fontes de poluição das bacias hidrográficas e das áreas litorais, junto à foz dos rios;
- concomitantemente, os investimentos realizados no segmento do abastecimento de água permitirão ampliar e qualificar os sistemas existentes nos principais centros urbanos do Vale do Tejo e do Oeste, dando resposta aos novos desafios impostos pelo dinamismo demográfico e económico das sedes de concelho e das cidades de média dimensão.

O segmento dos resíduos sólidos constitui um caso paradigmático das complementaridades do PORLVT com outros instrumentos financeiros do QCA II, particularmente, do Fundo de Coesão e do Programa Operacional do Ambiente. Na realidade, para a AML, a maioria dos investimentos destinados à construção de infraestruturas de tratamento de resíduos sólidos são, como já foi referido, apoiados pelo Fundo de Coesão, enquanto para o Vale do Tejo, será o PORLVT o instrumento privilegiado.

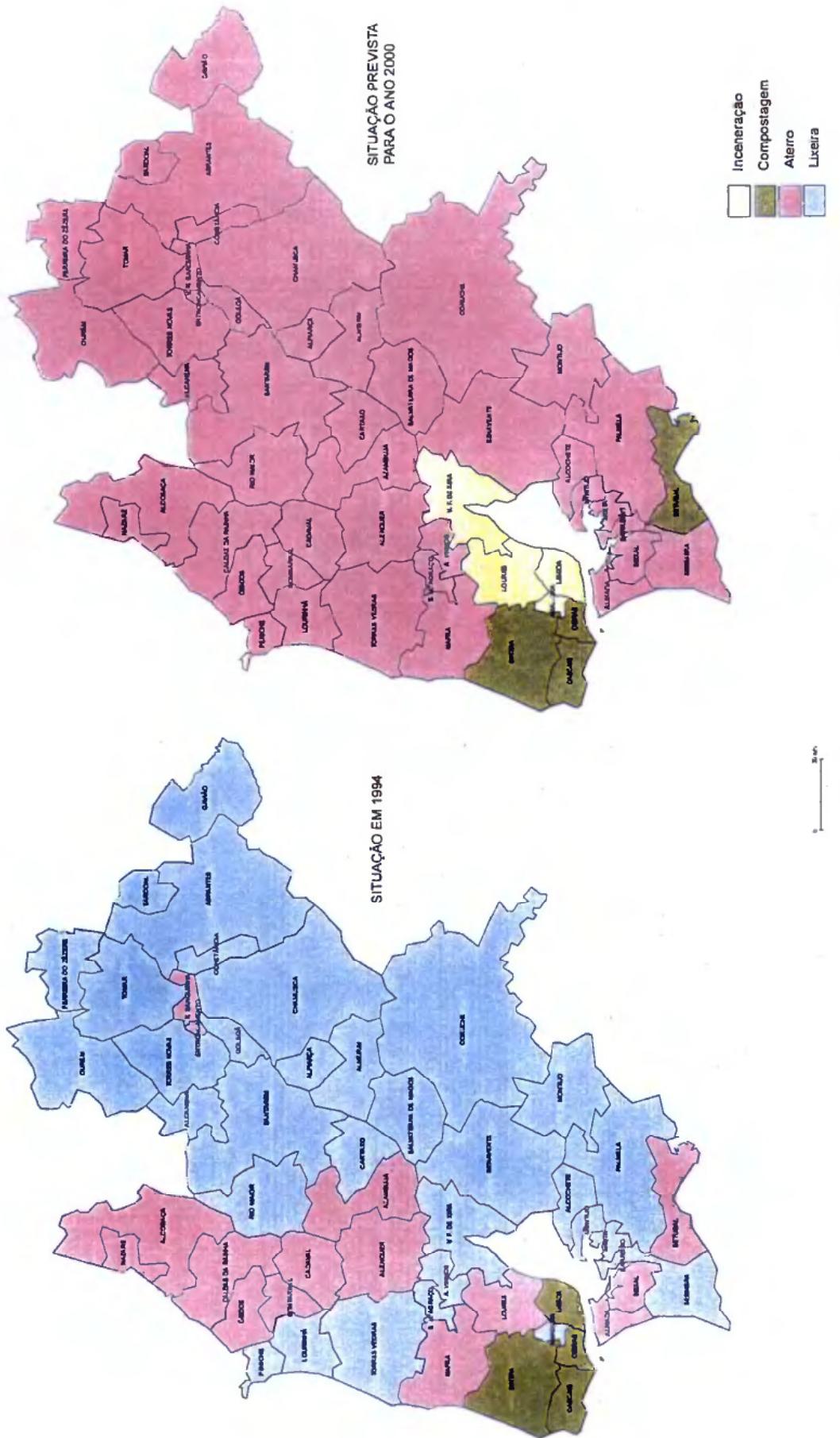
A implementação e a articulação entre os diversos instrumentos financeiros do QCA II permitirão cobrir, até ao final do século, toda a Região de Lisboa e Vale do Tejo com infraestruturas adequadas de tratamento de resíduos sólidos (incineradora, central de compostagem e aterro sanitário). Por conseguinte, serão seladas todas as lixeiras actualmente existentes na região (Vale do Tejo e partes dos territórios da Península de Setúbal e do Oeste), o que permitirá acabar com estes focos de poluição ambiental e de ameaça à saúde pública.

INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO, POR CONCELHO, EM 31/12/97



0 20 Km

DESTINO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO



8 - EMPREGO

Nos Programas Operacionais não consta como objectivo principal, a criação de emprego, mas sim a dotação de infraestruturas e equipamentos que permitem melhorar a qualidade de vida das populações e a promoção de iniciativas que levam ao aproveitamento do potencial de desenvolvimento endógeno, embora, relacionado com a construção destas e o seu funcionamento e/ou manutenção posterior, possa estar associada a criação de postos de trabalho.

As estimativas apresentadas baseiam-se em dados fornecidos pelo "Estudo de Avaliação Intercalar do PORLVT" e na informação existente nos formulários de candidatura, procedendo-se, fundamentalmente, a uma actualização dos valores indicados no relatório de execução do ano de 1996, com base nos projectos aprovados durante o ano de 1997.

Os valores indicados, devem ser considerados com a devida reserva, porquanto na informação relativa ao emprego (refere-se ao emprego envolvido na construção e funcionamento, e/ou manutenção de equipamentos), não é possível distinguir com rigor, o que corresponde a emprego criado e o que corresponde a emprego já existente, baseando assim os elementos, na sustentabilidade e experiência adquiridas nos contactos com as entidades. Deve-se, ainda, ter presente que o emprego envolvido na construção de infraestruturas e equipamentos, corresponde a emprego temporário, que o PORLVT suportou financeiramente.

Deste modo, os elementos disponibilizados, no âmbito do Estudo de Avaliação Intercalar, actualizados, apresentam como resultados, os seguintes valores:

- domínio do ambiente e saneamento básico - cerca de 2 200 postos de trabalho envolvidos na construção das infraestruturas e, 220 efectivos;
- domínio das acessibilidades - cerca de 2 400 postos de trabalho envolvidos na construção de infraestruturas e, cerca de, 70 efectivos;

- domínio de equipamentos e infraestruturas de apoio à actividade produtiva e à população - cerca de 1 200 postos de trabalho, envolvidos na construção e, 480 postos de trabalho ligados ao funcionamento;
- domínio dos projectos de apoio à actividade económica e desenvolvimento endógeno - cerca de 550 postos de trabalho criados nas empresas beneficiárias das acções implementadas, e cerca de 100 técnicos envolvidos.

9 - ACÇÕES DE CONTROLO

As entidades gestoras do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo têm efectuado o acompanhamento dos projectos e controlo junto dos beneficiários finais, de forma sistemática, através dos instrumentos previstos no Regulamento do Programa Operacional, e demais normativos em vigor, complementados com visitas aos locais dos projectos.

Aquando da apresentação dos pedidos de pagamento da comparticipação financeira FEDER é efectuada a análise documental, apresentada pelo beneficiário, consistindo numa análise preliminar sobre a elegibilidade das despesas públicas apresentadas, bem como dos documentos que as fundamentam, designadamente, os contratos de adjudicação, facturas, autos de medição e recibos.

É objectivo do Gestor do Programa que todos os projectos do PORLVT sejam verificados durante o período de vigência da Intervenção Operacional.

Durante o ano de 1997, realizaram-se 128 acções de controle e acompanhamento físico de projectos, pela Estrutura de Apoio Técnico.

No período em análise, o Tribunal de Contas Europeu realizou uma auditoria, cujo objectivo era a avaliação dos resultados e do impacto da acção do FEDER em Portugal, mais especificamente, na região de Lisboa e Vale do Tejo, tendo sido examinados os dossiers relativos à avaliação.

No mesmo período, a Inspecção-Geral de Finanças iniciou a inspecção a 13 projectos financiados pelo Programa Operacional, abrangendo 9 municípios.

Durante o ano de 1998, três projectos foram sujeitos a acompanhamento físico, por parte de entidades externas.

10 - INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

Visando a adequação das disposições nacionais e comunitárias, em matéria de publicidade e informação, dos projectos apoiados pelo FEDER, o Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo solicitou, a todas as entidades executoras, o cumprimento das normas de publicidade dos apoios concedidos, estabelecidos no Despacho Conjunto, de 31 de Janeiro de 1996, dos Srs. Ministros do Equipamento, do Planeamento e Administração do Território, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e para a Qualificação e o Emprego.

O Sub-Programa C, através da sua Medida 2 (Assistência Técnica) permitiu desenvolver, ao longo de 1997, um conjunto de acções de informação e divulgação do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo. As acções compreenderam cinco grupos de actividades essenciais:

- apoio a acontecimentos e manifestações com impacto na Região de Lisboa e Vale do Tejo, através de patrocínios e subsídios (casos da Festamb em Alcanena, Semana da Ascensão na Chamusca, Festa da Língua Portuguesa em Sintra, Exporegião em C.Rainha, X Jornadas de Gestão e Administração Pública);
- promoção e divulgação através dos meios informativos locais, regionais e nacionais (casos dos jornais Diário de Notícias, O Público, O Expresso, O Ribatejo, O Mirante e de catálogos, tais como o Catálogo Oficial da FIA e do Catálogo Lisboa, Cidade Competitiva);
- participação e/ou organização de seminários, congressos e feiras (tais como a Feira do Cavalo na Golegã, a Expoloures, a Feira do Vinho e do Cavalo em Alenquer, da Fersant em T. Novas e da Feira do Vinho em Alpiarça e no Cartaxo);

- edição de desdobráveis, brochuras, boletins e outras publicações sobre o Programa Operacional (publicaram-se folhetos da CCRLVT em português, inglês e francês, do PORLVT e duas edições do Info-Lisboa e Vale do Tejo);
- execução e distribuição de brindes e material de publicitação do PORLVT.

11 - RESPEITO POR OUTRAS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

As Estruturas de Apoio Técnico têm desenvolvido os procedimentos administrativos considerados adequados ao cumprimento da legislação nacional e comunitária, em matéria de concursos públicos, concorrência e ambiente.

As unidades de gestão têm procedido sistematicamente à divulgação, actualização e regulamentação nacional e comunitária em matéria de publicidade, ambiente e de mercados públicos, garantindo o respeito pelas referidas normas.

Relatório aprovado pelo Comité de Acompanhamento do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, na reunião realizada em 5 de Maio de 1998.



QUADROS

QUADRO

Taxas de realização financeira



Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

P.D.R.
4) FORALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
44) LISBOA E VALE DO TEJO

Fundos:
Eixo:
Programa:

1 de 97/01/01 a 97/12/31

AP / PR, EX / PR, EX / AP, Σ EX / Σ PR - Apuramento por Sub-Programas / PR REAL

Emissor X CSC

Sub-Programas	Custo Total Despesas Públicas	Despesas Públicas						Necessidade de Financiamento Público Nacional						Sector Privado Empresas Comunitárias			
		Subvenções Comunitárias						Orcamento do Estado									
		Total	FEADER	FSE	FEI/CGA	IFOP	F Coesão	Contribuição Nacional Total	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras				
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 6	4	5	6	7	8	9 = 10 + 15	10	11	12	13	14	15	16	17
44.01) Reforço da Coesão do Terr. Reg e Melhoria da Qualid. de Vida	143.6%	143.6%	139%	139%													
AP / PR	114.2%	114.2%	108.2%	108.2%													
EX / PR	79.5%	79.5%	77.8%	77.8%													
EX / AP	104.5%	104.5%	100.3%	100.3%													
Σ EX / Σ PR																	
44.02) Ações de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional	217.8%	217.8%	228.1%	228.1%													
AP / PR	106.4%	106.4%	101.4%	101.4%													
EX / AP	44.7%	44.7%	44.4%	44.4%													
Σ EX / Σ PR	108.4%	108.4%	98.9%	98.9%													
44.03) Dinamização Regional	116.4%	143.3%	1.58%	1.58%													
AP / PR	56%	58.8%	65.4%	65.4%													
EX / AP	41%	41%	41.4%	41.4%													
Σ EX / Σ PR	52.7%	55.3%	61.4%	61.4%													
Total																	
AP / PR	184.8%	186.7%	181.9%	181.9%													
EX / PR	104.7%	105.3%	101.3%	101.3%													
EX / AP	56.1%	56.3%	55.7%	55.7%													
Σ EX / Σ PR	101%	101%	96.3%	96.3%													

AP / PR, EX / PR, EX / AP, SUM EX / SUM PR - Apuramento por Sub-Programas / PR REAL

De 97/01/01 a 97/12/31
Em 100% x c/c

Sub-Programas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Despesas Públicas						Necessidade de Financiamento Público Nacional					Setor Privado	Empreendimentos Comunitários			
			Subvenções Comunitárias						Contribuição Nacional Total									
			Total	FEDER	FSE	FE/CGA	IFOP	F. Coesão	Orcamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Empresas Públicas	Outras					
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 8	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16	17	
44-01) Reforço da Coesão do Territ. Reg e Melhoria da Qualid. de Vida																		
AP / PR	143.1%	143.1%	138.5%						156.6%									
EX / PR	112.3%	112.3%	106.4%						130%									
EX / AP	78.5%	78.5%	76.8%						83%									
$\Sigma \text{EX} / \Sigma \text{PR}$	103.8%	103.8%	99.7%						116.2%									
44-02) Ações de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional																		
AP / PR	236.8%	236.8%	227%						266%								1 904.2%	
EX / PR	104.2%	104.2%	99.3%						118.8%								713.5%	
EX / AP	44%	44%	43.7%						44.6%								37.4%	
$\Sigma \text{EX} / \Sigma \text{PR}$	107.5%	107.5%	98%						136%								833.1%	
44-03) Dinamizagão Regional																		
AP / PR	135.6%	142.4%	157%						112.8%								86.4%	
EX / PR	54.9%	57.7%	64.2%						44.6%								43.9%	
EX / AP	40.5%	40.5%	40.8%						39.6%								30.8%	
$\Sigma \text{EX} / \Sigma \text{PR}$	52.3%	54.9%	60.9%						42.7%								42.3%	
Total																		
AP / PR	185%	185.9%	181.1%						199.8%								253.4%	
EX / PR	102.8%	103.3%	99.9%						114.5%								103.4%	
EX / AP	55.5%	55.5%	54.9%						57.3%								41.6%	
$\Sigma \text{EX} / \Sigma \text{PR}$	100.3%	100.8%	97.5%						115.9%								119.4%	

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Subvenções Comunitárias						Despesas Públicas						Sector Privado	Empresas Comunitárias						
			FEDER	FSE	FE-GA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total	Orcamento de Estado	Fundos Autónomos	Regimes Autónomas	Fundos Locais	Autarquias Locais	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16	17
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 8	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15							
44-01-01) Área Metropolitana de Lisboa																						
AP / PR	165%	165%		155%		155%											185.2%					
EX / PR	121.6%	121.6%		107.7%		107.7%											160.6%					
EX / AP	73.7%	73.7%		69.4%		69.4%											86.7%					
Σ EX / Σ PR	102.8%	102.8%		92.7%		92.7%											131.8%					
44-01-02) Vale do Tejo																						
AP / PR	161.6%	161.6%		162.1%		162.1%											168%					
EX / PR	120.9%	120.9%		120.4%		120.4%											122.5%					
EX / AP	73.9%	73.9%		74.3%		74.3%											72.9%					
Σ EX / Σ PR	107.9%	107.9%		107.7%		107.7%											108.5%					
44-01-03) Oeste																						
AP / PR	81.4%	81.4%		81.2%		81.2%											81.8%					
EX / PR	92.7%	92.7%		91.8%		91.8%											95.3%					
EX / AP	113.9%	113.9%		113%		113%											116.4%					
Σ EX / Σ PR	102.5%	102.5%		102.1%		102.1%											103.4%					
Total																						
	AP / PR	143.6%	143.6%		139%		139%										137.1%					
	EX / PR	114.4%	114.4%		108.2%		108.2%										132%					
	EX / AP	79.5%	79.5%		77.8%		77.8%										84%					
	Σ EX / Σ PR	104.5%	104.5%		100.3%		100.3%										117%					
																	116.4%					



Directório-Geral do Desenvolvimento Regional

P.D.R.
4) FORTECER A BASE ECONOMICA REGIONAL

Fundo:
Fixo:
Programa:
Sub-Programa:

44)

LISBOA E VALE DO TEJO

44-01)

Reforço da Coesão do Territ. Reg. e Melhoria da Qualid. de Vida

AP / PR, EX / PR, EX / AP, Σ EX / Σ PR - Apuramento por Medidas / PR REAL

Fundos:
Fixo:
Programa:
Sub-Programa:

44)

LISBOA E VALE DO TEJO

44-01-01)

Reforço da Coesão do Territ. Reg. e Melhoria da Qualid. de Vida

De 97/01/01 a 97/12/31

Em 1000 x 000

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Despesas Públicas						Necessidade de Financiamento Público Nacional						Sector Privado	Empresas Comunitárias		
			Subvenções Comunitárias			Contribuição Nacional Total	Orcamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	F. Cessão	IFOP	FSE	FI/CGA				
			Total	FEDER	FSE													
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 8	4	5	6	7	8	9 = 10 + 16	10	11	12	13	14	15	16	17	
44-01-01) Área Metropolitana de Lisboa																		
AP / PR	164,4%	164,4%	154,5%														184,8%	
EX / PR	119,9%	119,9%	106,2%														158,6%	
EX / AP	72,9%	72,9%	68,7%														85,8%	
Σ EX / Σ PR	102,2%	102,2%	92,2%														131,1%	
28%																		
44-01-02) Vale do Tejo																		
AP / PR	161%	161%	161,6%														165,1%	
EX / PR	118,5%	118,8%	118,3%														130,3%	
EX / AP	72,8%	72,8%	73,2%														72,8%	
Σ EX / Σ PR	107,1%	107,1%	106,9%														107,7%	
44-01-03) Oeste																		
AP / PR	80,9%	80,9%	80,8%														80,9%	
EX / PR	91%	91%	90,2%														93,1%	
EX / AP	112,4%	112,4%	111,6%														115%	
Σ EX / Σ PR	101,8%	101,8%	101,5%														102,3%	
Total																		
	AP / PR	143,1%	143,1%	138,5%													151,9%	
	EX / PR	112,3%	112,3%	106,4%													128,3%	
	EX / AP	78,5%	78,5%	76,8%													84,7%	
	Σ EX / Σ PR	103,8%	103,8%	99,7%													115,7%	
	28%																	



Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Despesas Públicas						Necessidade de Financiamento Público Nacional						Secto ^r Privado	Empresas Comunitárias		
			Subvenções Comunitárias						Orcamento Nacional Total									
			Total	FEDER	FSE	FUGA	IFOP	F. Coesão	Concorrência	Autorarquias Locais	Fundos Autónomo	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras				
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 8	4	5	6	7	8	9 = 10 + 15	10	11	12	13	14	15	16	17	
44-02-01) Transportes e Acessibilidades																		
AP / %	253,2%	235,7%																
EX / %	120,4%	111%																
EX / AP	47,5%	47,1%																
Σ EX / Σ PR	168,7%	144,9%																
44-02-02) Ambiente																		
AP / %	216,2%	212%																
EX / %	92,2%	91,6%																
EX / AP	42,6%	42,6%																
Σ EX / Σ PR	71,1%	71,1%																
44-02-03) Equipamentos Socio-Económicos																		
AP / %	307,1%	291,7%																
EX / %	137,9%	137,9%																
EX / AP	44,8%	44,8%																
Σ EX / Σ PR	112,3%	112,3%																
Total																		
AP / %	237,8%	237,8%																
EX / %	106,4%	101,4%																
EX / AP	44,7%	44,4%																
Σ EX / Σ PR	108,4%	98,9%																

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

P.D.R.
Fundos:
Fixo:
Programa:
Sub-Programa:

4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL

44) LISBOA E VALE DO TEJO

44-02) Acções de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional

AP / PR; EX / PR; EX / AP; Σ EX / Σ PR - Apuramento por Medidas / PR REAL

De 07/01/01 a 07/12/31

AP / PR; EX / PR; EX / AP; Σ EX / Σ PR - Apuramento por Medidas / PR REAL

Em 1000 x eeu

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Subvenções Comunitárias						Despesas Públicas						Sector Privado	Empresários Comunitários
			Total	FEDER	FSE	FEUGA	IFOP	F. Criação	Contribuição Nacional Total	Órgão/entidade de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomo	Regiões Autónomas	Empresas Públicas		
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 8	4	5	6	7	8	9 = 10 + 15	10	11	12	13	14	15	16
																17
44-02-01) Transportes e Accesibilidades																
AP / PR	152,9%	252,9%	235,4%													
EX / PR	118,2%	118,2%	108,9%													
EX / AP	46,7%	46,7%	46,2%													
Σ EX / Σ PR	167,8%	167,8%	144%													
44-02-02) Ambiente																
AP / PR	214,8%	210,7%	210,7%													
EX / PR	90,2%	90,2%	89,6%													
EX / AP	4,2%	4,2%	4,2%													
Σ EX / Σ PR	70,3%	70,3%	69,2%													
44-02-03) Equipamentos Socio-Económicos																
AP / PR	304,9%	304,9%	289,8%													
EX / PR	134,6%	134,6%	120,8%													
EX / AP	44,1%	44,1%	41,6%													
Σ EX / Σ PR	111,1%	111,1%	103,4%													
Total																
AP / PR	236,8%	236,8%	227%													
EX / PR	104,2%	104,2%	99,3%													
EX / AP	44%	44%	43,7%													
Σ EX / Σ PR	107,5%	107,5%	98%													



Directrora-Geral do Desenvolvimento Regional

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL.

Fundo:
Expo;
Programa:
Sub-Programa:

Eixo:
44) LISBOA E VALE DO TEJO
44-03) Dinamização Regional

AP / PR, EX / PR, EX / AP, Σ EX / Σ PR - Apuramento por Medidas / PR REAL

De 97/01/01 a 97/12/31
Em 1000 x esc

Medidas	Custo Total Despesas Públicas	Despesas Públicas										Necessidade de Financiamento Público Nacional						Sector Privado	Empreendimentos Comunitários		
		Subvenções Comunitárias																			
		Total	FEADER	FSE	FEUGA	IFOP	F. Cuesão	Contribuição Nacional Total	Orcamento de Estado	Autorizações Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Obras	15	16	17				
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 6	4	5	6	7	8	9 = 10 + 16	10	11	12	13	14	15	16	17				
44-03-01) Promocião da Atividade Económica																					
AP / PR	122,1%	130,9%	153,1%	153,1%	62,3%	40,7%	55,8%	92,2%	76,9%	316,4%	24,1%	31,3%	17,6%	40%	79,3%	76,9%	36,5%	47,5%	34,8%		
LX / PR	49,5%	53%	40,5%	40,7%	47,4%																
EX / AP	40,5%	40,7%	55,8%																		
Σ LX / Σ PR	44,2%																				
44-03-02) Assistência Técnica																					
AP / PR	172,4%	167,8%	167,8%	167,8%	71,6%	42,6%	42,6%	186,4%	75,2%	104,9%	41,4%	39,4%	25%	40,3%	104,9%	128,1%	82,3%	72,2%	319,8%		
EX / PR	72,5%	72,5%	42%	42%	74%	72,5%	72,5%														
EX / AP	42%																				
Σ EX / Σ PR	74%																				
Total																					
AP / PR	116,4%	143,3%	158%	158%	65,4%	41,4%	41,4%	113,4%	95%	322,7%	45,5%	35,2%	21,6%	40,1%	95%	87,1%	44,1%	51,1%	42,6%		
EX / PR	56%	58,8%	41%	55,3%	61,4%																
EX / AP	41%																				
Σ EX / Σ PR	52,7%																				

Medidas	Custo Total Despesas Públicas	Subvenções Comunitárias						Despesas Públicas						Sector Privado	Enquadramento Comunitário			
		Total	FEADER	FSE	FEIA	IFOP	FCIESAN	Contribuição Nacional Total	Orçamento do Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomo	Regimes Autónomos	Empresas Públicas	Outras				
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 8	4	5	6	7	8	9 = 10 + 15	10	11	12	13	14	15	16	17	
44-03-01) Promoção da Actividade Económica																		
AP / PR	121,2%	129,9%	151,9%	151,9%	61,1%	40,2%	40,2%	55,4%	91,5%	76,7%	36,2%	39,5%	39,5%	76,7%	34,4%	35,9%	35,9%	
EX / PR	48,6%	52%	40%	40%	47%	47%	47%	47%	39,5%	30,8%	13,1%	13,1%	13,1%	17,2%	27,4%	47,1%	34,6%	
EX / AP																		
Σ EX / Σ PR	43,9%	43,9%																
44-03-02) Assistência Técnica																		
AP / PR	172%	172%	167,4%	167,4%	70,2%	41,9%	41,9%	72%	186%	104,0%	40,6%	39,6%	39,6%	104,0%	326,7%	319,4%	226,7%	
EX / PR	71,1%	71,1%	70,2%	70,2%	41,9%	41,9%	41,9%	72%	73,8%	40,6%	18,7%	18,7%	18,7%	24,6%	70,9%	70,9%	218,5%	
EX / AP	41,3%	41,3%																
Σ EX / Σ PR	73,5%	73,5%							78%	42,8%	56,7%							
Total																		
	AP / PR	135,6%	142,4%	137%	137%	64,2%	40,8%	40,9%	60,9%	112,8%	94,9%	44,6%	39,6%	42,7%	12,1%	321,2%	319,4%	226,7%
	EX / PR	54,9%	57,7%	40,5%	40,5%	54,9%	54,9%	54,9%	54,9%	44,6%	14,6%	16,4%	16,4%	16,4%	21,2%	68,3%	43,9%	50,8%
	Σ EX / Σ PR	52,3%														79,3%	42,3%	



QUADRO

Taxas de realização financeira acumulada



Directório-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundos:
Exo:
Programa:

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
44) LISBRA E VALE DO TEJO

AP / PR; EX / PR; EX / AP; Σ EX / Σ PR - Apuramento por Sub-Programas / PR REAL

Em ((XX) x CSC

Alé 97/12/31

Sub-Programas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Despesas Públicas						Necessidade de Financiamento Público Nacional						Setor Privado	Empresas Comunitárias		
			Subvenções Comunitárias						Contribuição Nacional Total			Organismo de Estado						
			Total	FEDER	FSE	FE/CGA	IFOP	F Coesão	Contribuição Nacional Total	Fundos Autónomo	Regiões Autónomas	Fundos Autónomo	Regiões Autónomas	Obras				
1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 6	4	5	6	7	8	9 = 10 + 15	10	11	12	13	14	15	16	17		
44-01) Reforço da Coesão do Terr. Reg e Melhoria da Qualid. de Vida																		
AP / PR	115,6%	115,6%	112%						126,6%	124,7%	116,4%							
EX / PR	104,5%	104,5%	100,3%	100,3%	89,6%				117%	92,4%	93,3%							
EX / AP	90,3%	90,3%							92,1%	61,3%	61,1%							
Σ EX / Σ PR	54,8%	54,8%	52,6%															
44-02) Ações de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional																		
AP / PR	158%	158%	146,6%						197%	151,7%	142,2%							
EX / PR	108,4%	108,4%	98,9%	98,9%	68,6%	67,4%			137%	112,3%	89,0%							
EX / AP	68,6%	68,6%	67,4%						71,3%	55,7%	66,1%							
Σ EX / Σ PR	56,8%	56,8%	51,8%	51,8%					71,8%	56,7%	74%							
44-03) Diminuição Regional																		
AP / PR	83%	87,2%	96,3%						68,7%	55%	60,3%							
EX / PR	52,7%	55,3%	61,4%						43%	32,5%	65,5%							
EX / AP	63,4%	63,4%	63,7%	63,7%					62,7%	59%	40,5%							
Σ EX / Σ PR	27,6%	29%	32,2%	32,2%					22,6%	17%	34,4%							
Total																		
	AP / PR	131,7%	132,3%						148,5%	148,5%	138,6%							
	EX / PR	101,5%	101,5%	96,3%	96,3%				116,7%	116,7%	113,6%							
	EX / AP	76,7%	76,7%	76%	76%				78,6%	55,7%	82%							
	Σ EX / Σ PR	53%	53,2%	50,5%	50,5%				61,2%	103,8%	99,5%							



Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundos:
Fixo:
Programa:

P.D.R.
P.R. / PR; EX / PR; EX / AP; Σ EX / Σ PR - Apuramento por Sub-Programas / PR REAL
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
44) LISBOA E VALE DO TEJO

AP / PR; EX / PR; EX / AP; Σ EX / Σ PR - Apuramento por Sub-Programas / PR REAL

Em 100% x cem

100%

A de 97/12/11

Sub-Programas	Custo Total Despesas Públicas	Despesas Públicas										Sectar Privado	Empresas Comunitárias			
		Subvenções Comunitárias					Necessidade de Financiamento Público Nacional									
		Total	FEADER	FSE	FE/CGA	IFOP	F. Cotação	Contribuição Nacional Total	Orçamento de Estado	Autorarquias Locais	Fundos Autónomo	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Obras		
1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 8	4	5	6	7	8	9 = 10 + 15	10	11	12	13	14	15	16	17
44.01) Reforço da Cidade do Territ. Reg. e Melhoria da Qualid. de Vida																
AP / PR	115,4%	115,4%	111,8%	111,8%				126,4%	116,2%	113,7%	113,7%					
EX / PN	103,8%	103,8%	99,7%	99,7%				91,9%	91,9%	92,9%	92,9%					
EX / AP	89,9%	89,9%	89,1%	89,1%				60,9%	60,9%	60,6%	60,6%					
Σ EX / Σ PR	54,4%	54,4%	52,2%	52,2%												
44.02) Arcos de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional																
AP / PR	157,6%	157,6%	146,2%	146,2%				191,5%	136%	111,6%	111,6%					
EX / PN	107,5%	107,5%	98%	98%				71%	71%	73,9%	73,9%					
EX / AP	68,2%	68,2%	67%	67%												
Σ EX / Σ PR	56,4%	56,4%	51,4%	51,4%												
44.03) Dimensão Regional																
AP / PR	82,7%	86,8%	95,9%	95,9%				68,4%	55%	159,8%	159,8%					
EX / PN	52,3%	54,9%	60,9%	60,9%				62,7%	12,3%	64,4%	64,4%					
EX / AP	63,2%	63,2%	63,5%	63,5%				57,4%	58,7%	40,1%	40,1%					
Σ EX / Σ PR	27,4%	28,8%	32%	32%				22,4%	16,9%	34,1%	34,1%					
Total																
AP / PR	131,3%	132%	126,4%	126,4%				148,2%	350,2%	138,1%	138,1%					
EX / PN	100,3%	100,8%	95,5%	95,5%				115,9%	194%	112,9%	112,9%					
EX / AP	76,3%	76,3%	75,6%	75,6%				78,2%	55,3%	81,6%	81,6%					
Σ EX / Σ PR	52,6%	52,8%	50,1%	50,1%				60,7%	102,8%	59,1%	59,1%					



Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

P.D.R.
P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL.

Fundos:
Fixo:
Programa:

44) LISBOA E VALE DO TEJO
Sub-Programa: 44-01) Reforço da Coesão do Territ. Reg. e Melhoria da Qualid. de Vida

AP / PR; EX / PR; EX / AP; \sum EX / \sum PR - Apuramento por Medidas / PR REAL

Ané 97/12/31
Em 1000 x CSC

Medidas	Custo Total Despesas Públicas	Despesas Públicas										Sector Privado Empresários Comunitários				
		Subvenções Comunitárias					Necessidade de Financiamento Público Nacional									
		Total	FEDER	FSE	FEUGA	IFOP	F Cotação	Contribuição Nacional Total	Orçamento do Estado	Autorarquias Locais	Fundos Autónomos	Rugetas Autónomas	Empresas Públicas	Oturas		
1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 6	4	5	6	7	8	9 = 10 + 15	10	11	12	13	14	15	16	17
44-01-01) Área Metropolitana de Lisboa																
AP / PR	119,2%	119,2%	110,6%	110,6%	92,7%	92,7%	81,8%	81,8%	48,6%	145,1%	141,4%	131,8%	93,2%	28,1%	69%	
EX / PR	102,8%	102,8%	86,2%	86,2%	53,8%	53,8%				112,9%	112,9%					
EX / AP	86,2%	86,2%								91,5%	91,5%					
Σ EX / PR	53,8%	53,8%								69,6%	69,6%					
44-01-02) Vale do Tejo																
AP / PR	124%	124%	123,5%	123,5%	107,9%	107,9%	87%	87,2%	56,4%	125,7%	124,8%	108,5%	86,3%	28,1%	56,8%	
EX / PR	107,9%	107,9%								107,7%	107,7%					
EX / AP	87%	87%								87,2%	87,2%					
Σ EX / PR	56,5%	56,5%								56,4%	56,4%					
44-01-03) Oeste																
AP / PR	98,2%	98,2%	98,1%	98,1%	102,1%	102,1%	104,3%	104,3%	104%	104,1%	103,4%	101,4%	97,8%	28,1%	105,1%	
EX / PR	102,5%	102,5%								104%	104%					
EX / AP	104,3%	104,3%								104%	104%					
Σ EX / PR	53,8%	53,8%								53,7%	53,7%					
Total																
	AP / PR	115,6%	115,6%	112%	112%	100,3%	100,3%	89,6%	89,6%	52,6%	126,6%	124,7%	116,4%	93,1%	28,1%	61%
	EX / PR	104,5%	104,5%	90,3%	90,3%	54,8%	54,8%				117%	117%				
	EX / AP	90,3%	90,3%								92,4%	92,4%				
	Σ EX / PR	54,8%	54,8%								61,1%	61,1%				



Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundo:
Fixo:

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL

44) LISBOA E VALE DO TEJO

Programa:
Sub-Programa:

44-01) Reforço da Coesão do Territ. Reg. e Melhoria da Qualid. de Vida

AP / PR, EX / PR, EX / AP, \sum EX / \sum PR - Apuramento por Meridas / PR REAL

Até 97/12/31

Em 1000 x cív

Medidas	Custo Total	Despesas Públicas						Necessidade de Financiamento Público Nacional						Sector Privado	Empresas Comunitárias	
		Total Despesas Públicas	Taxid	FEADER	FSE	FEAGA	IFOP	F. Cuesão	Contribuição Nacional Total	Organismo de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Empresas Públicas	Obras		
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 8	4	5	6	7	8	9 = 10 + 15	10	11	12	13	14	16	17
44-01-01) Área Metropolitana de Lisboa																
AP / PR	1194	1194	110,4%	110,4%	92,2%	83,5%	48,2%								144,9%	141,3%
EX / PR	102,2%	102,2%													132,1%	131,1%
EX / AP	85,8%	85,8%													91,1%	92,7%
Σ EX / PR	53,5%	53,5%													69,1%	68,6%
44-01-02) Vale do Tejo																
AP / PR	123,8%	123,8%	123,2%	123,2%	106,9%	106,9%	86,7%	86,7%							125,4%	124,6%
EX / PR	107,1%	107,1%													107,7%	107,7%
EX / AP	86,5%	86,5%													85,8%	86,4%
Σ EX / PR	56,1%	56,1%													56,4%	56,4%
44-01-03) Oeste																
AP / PR	98%	98%	97,9%	97,9%	101,5%	101,5%	101,6%	101,6%							98,2%	97,6%
EX / PR	101,8%	101,8%													102,8%	102,3%
EX / AP	103,9%	103,9%													104,7%	104,7%
Σ EX / PR	53,5%	53,5%													53,7%	53,7%
Total																
AP / PR	115,4%	115,4%	111,8%	111,8%	99,7%	89,1%	89,1%	52,2%	52,2%						126,4%	124,5%
EX / PR	103,8%	103,8%													116,2%	115,7%
EX / AP	89,9%	89,9%													91,9%	92,9%
Σ EX / PR	54,4%	54,4%													60,9%	60,6%



Direção-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundos:
Fisco:
Programa:
Sub-Programa:

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
44) LISBOA E VALE DO TEJO
44-02) Ações de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional

AP / PR; EX / PR; EX / AP; Σ EX / Σ PR - Apuramento por Medidas / PR REAL

Alé 97/12/1
Em 10/04/ x CSC

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Despesas Públicas							Necessidade de Financiamento Público Nacional							
			Total	FEDER	FSE	FEDEGA	IFOP	F. Cuesão	Contribuição Nacional Total	Orçamento de Estado	Autorizações Locais	Fundos Autónomo	Regões Autónomas	Empresas Públicas	Obras	Seculto Privado	Empresas Comunitárias
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 8	4	5	6	7	8	9 = 10 + 15	10	11	12	13	14	15	16	17
44-02-01) Transportes e Acessibilidades																	
AP / PR	218,7%	218,7%	191,9%	191,9%	144,9%	144,9%	75,4%	75,4%	299,2%	228,1%							
EX / PR	168,7%	168,7%	77,1%	77,1%	75,4%	75,4%	76,1%	76,1%	240,1%	191,5%							
EX / AP	77,1%	77,1%	88,5%	88,5%	88,5%	88,5%	88,5%	88,5%	80,2%	83,9%							
Σ EX / Σ PR	88,5%	88,5%							125,9%	100,3%							69,7%
44-02-02) Ambiente																	
AP / PR	117,8%	117,8%	115,4%	115,4%	69,9%	69,9%	60,6%	60,6%	125,3%	104,4%							
EX / PR	71,1%	71,1%	60,3%	60,3%	60,3%	60,3%	60,3%	60,3%	74,6%	65,5%							
EX / AP	60,3%	60,3%	37,2%	37,2%	36,6%	36,6%	36,6%	36,6%	59,5%	59,5%							54,7%
Σ EX / Σ PR	37,2%	37,2%							39%	34,7%							
44-02-03) Equipamentos Socio-Económicos																	
AP / PR	176,1%	176,1%	167,8%	167,8%	104,4%	104,4%	62,2%	62,2%	201,1%	158%							218,4%
EX / PR	112,3%	112,3%	63,7%	63,7%	58,8%	58,8%	54,7%	54,7%	135,9%	103,5%							146,7%
EX / AP	63,7%	63,7%	58,8%	58,8%	58,8%	58,8%	58,8%	58,8%	67,6%	65,5%							67,1%
Σ EX / Σ PR	58,8%	58,8%							71,2%	54,2%							76,9%
Total																	
	AP / PR	158%	158%	146,6%	146,6%	98,9%	98,9%	67,4%	192%	151,7%							1347,2%
	EX / PR	108,4%	108,4%	68,6%	68,6%	67,4%	67,4%	51,8%	137%	112,3%							890,7%
	EX / AP	68,6%	68,6%	56,8%	56,8%	56,8%	56,8%	56,8%	71,3%	55,7%							66,3%
	Σ EX / Σ PR	56,8%	56,8%						71,8%	58,8%							466,9%



Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL.

Fundo:
Exo:
Programa:
Sub-Programa:

44) LISBOA E VALDE TEJO
44-02) Acções de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional

AP / PR, EX / PR, EX / AP, Σ EX / AP - Apuramento por Medidas / PR REAL

Ein 1(X) x eeu

Medidas	Custo Total Despesas Públicas	Despesas Públicas										Sector Privado Empresas Comunitárias				
		Subvenções Comunitárias					Necessidade de Financiamento Público Nacional									
		Total	FEDER	FSE	FEAGA	IFOP	F. Cesaão	Contribuição Nacional Total	Orcamento de Estado	Fundos Autónomos	Fundos Autónomos	Empresas Públicas	Ouras			
1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 8	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16	17
44-02-01) Transportes e Acessibilidades																
AP / IR	218.5%	218.5%	191.7%	191.7%	144%	144%	75.1%	75.1%	75.6%	298.9%	219%	190.7%	227.9%			
EX / IR	167.8%	167.8%	76.7%	76.7%	75.1%	75.1%	75.6%	75.6%	75.6%	79.9%	79.9%	83.6%	64.8%			
EX / AP	88%	88%								121.3%	99.8%	99.8%	69.5%			
44-02-02) Ambiente																
AP / IR	117.4%	117.4%	114.9%	114.9%	69.2%	69.2%	60.2%	60.2%	36.2%	124.8%	71.8%	104.1%	104.1%			
EX / IR	70.3%	70.3%	59.9%	59.9%	60.2%	60.2%	60.2%	60.2%	36.2%	59.1%	59.1%	62.3%	34.4%			
EX / AP	59.9%	59.9%								38.6%	38.6%	33.9%	54.7%			
Σ EX / Σ PR	36.8%	36.8%														
44-02-03) Equipamentos Sócio-Económicos																
AP / IR	175.4%	175.4%	167.2%	167.2%	103.4%	103.4%	61.8%	61.8%	54.1%	200%	134.3%	102.3%	157.3%	217.6%		
EX / PR	111.1%	111.1%	63.3%	63.3%	63.3%	63.3%	58.2%	58.2%	58.2%	67.1%	67.1%	65.5%	76.5%	146%		
EX / AP	63.3%	63.3%								70.3%	70.3%	53.5%	67.1%	76.5%		
Total																
AP / IR	157.6%	157.6%	146.2%	146.2%	98%	98%	67%	67%	51.4%	191.5%	136%	111.6%	151.4%	132.8%		
EX / PR	107.5%	107.5%	68.2%	68.2%	68.2%	68.2%	56.4%	56.4%	56.4%	71%	55.3%	73.6%	66.2%	83.1%		
EX / AP	68.2%	68.2%								71.3%	58.4%	58.4%	462.8%			



Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL.

Fundos:
Fixo:
Programa:

44) LISBOA E VALDE DO TEJO
Sub-Programma: 44-03) Dinamização Regional

AP / PR, EX / PR, EX / AP, Σ EX / Σ PR - Apuramento por Medidas / PR REAL

Art 97/12/1

Em 100% x esc

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Despesas Públicas										Sector Privado	Empresários Comunitários	
			Subvenções Comunitárias					Necessidade de Financiamento Público Nacional							
			Total	FEDER	FSE	FEAGA	IFCP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total	Orcamento de Estado	Autoruias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Horas
1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 8	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16
44-03-01) Promoção da Actividade Económica															17
AP / PR	71.7%	76.8%	90.1%	90.1%	55.8%	55.8%	62%	61%	51.6%	32.7%	13.3%	126.1%	33.2%	50.1%	
EX / PR	44.2%	47.4%	61.7%	61.7%	62%	62%	29.3%	29.3%	17.1%	40.1%	22%	27.8%	40.1%	34.8%	
EX / AP															69.5%
Σ EX / Σ PR	21.2%	24.8%													18.2%
44-03-02) Assunção Técnica															
AP / PR	111.7%	111.7%	108.7%	108.7%	72.5%	72.5%	66.6%	66.6%	120.5%	78.6%	41.1%	190.1%	67%	253.7%	
EX / PW	74%	74%	66.2%	66.2%	39%	39%	38.2%	38.2%	65.2%	64.2%	51.2%	97.5%	41.1%	220.1%	
EX / AP	66.2%	66.2%							41.4%	22.5%	22.5%	64.2%	51.8%	86.7%	
Σ EX / Σ PR	39%	39%													115.6%
Total															
AP / PR	8.1%	87.2%	96.3%	96.3%	61.4%	61.4%	63.7%	63.7%	68.7%	43%	32.5%	160.3%	55%	58.6%	
EX / PW	52.7%	55.3%	61.4%	61.4%	63.4%	63.4%	32.2%	32.2%	62.7%	59%	40.5%	65%	17%	42.6%	
EX / AP	63.4%	27.6%							22.6%			92.7%	34.4%	72.6%	
Σ EX / Σ PR															22.3%

AP / PR, EX / PR, EX / AP, Σ EX / Σ PR - Apuramento por Medidas / IPR REAL

En 1000 x cnu

Medidas	Custo Total	Despesas Públicas										Necessidade de Financiamento Público Nacional					Sector Privado	Empreendimentos Comunitários	
		Subvenções Comunitárias					Contribuição Nacional Total					Organismo de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regimes Autónomas	Empresas Públicas			
		Total Despesas Públicas	FEADER	FSE	FEUGA	IFOP	F. Cotação	Contribuição Nacional Total	Organismo de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regimes Autónomas	Empresas Públicas	Outras					
1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 8	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16	17			
44-03-01) Promovendo a Atividade Económica																			
AP / PR	71,3%	76,4%	89,6%	89,6%	55,4%	61,8%	61,8%	53,3%	33,1%	125,6%	32,4%	13,1%	27,4%	21,8%	49,8%	34,0%			
EX / PR	43,9%	47%	61,6%	61,6%	29%	29%	29%	60,9%	39,7%	69,1%	17%	7%	14,3%	14,3%	92,9%	69,1%	18,1%		
EX / AP	61,6%	61,6%	61,8%	61,8%	29%	29%	29%	60,9%	39,7%	69,1%	17%	7%	14,3%	14,3%	92,9%	69,1%	18,1%		
Σ EX / Σ PR	21%	24,6%																	
44-03-02) Assistência Técnica																			
AP / PR	111,5%	111,5%	108,6%	108,6%	72%	72%	72%	120,3%	67%	189,6%	78%	42,8%	96,7%	51%	253,3%	218,5%			
EX / PR	73,5%	73,5%	66,3%	66,3%	37,9%	37,9%	37,9%	64,8%	63,8%	86,7%	22,4%	22,4%	51,4%	51,4%	114,7%	86,7%	114,7%		
EX / AP	65,9%	65,9%	38,7%	38,7%				41,1%											
Σ EX / PR	38,7%	38,7%																	
Total																			
AP / PR	82,7%	86,8%	95,9%	95,9%	60,9%	63,5%	63,5%	68,4%	55%	159,8%	42,7%	32,3%	64,4%	40,3%	58,1%	43,3%			
EX / PR	52,3%	54,9%	60,9%	60,9%	32%	32%	32%	62,4%	58,7%	72,9%	16,9%	16,9%	34,1%	34,1%	92,9%	72,9%	22,1%		
EX / AP	61,2%	63,2%	28,8%	28,8%															
Σ EX / Σ PR	27,4%																		



QUADRO

Execução financeira por sub-programa

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
44) LISBOA E VALE DO TEJO

De 97/01/01 a 97/12/31

PR; AP; EX - Apuramento por Sub-Programas / PR REAL

En 1000 x 1'000

Sub-Programas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Despesas Públicas							Necessidade de Financiamento Público Nacional							Sector Privado	Empresas Comunitárias					
			Subvenções Comunitárias							Contribuição Nacional Total													
			Total	FEDER	FSE	FE-GA	IFOP	F. Criação	Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras	10	11	12	13	14	15	16	17	
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 8	4	5	6	7	8	9 = 10 + 15	10	11	12	13	14	15	16	17						
44.01) Reforço da Gestão do Territ. Reg e Melhoria da Qualidade de Vida																							
PR	8 866 039	8 866 039 100%	6 649 578 75%	6 649 578					2 216 461 24,9%														
AP	12 733 616	12 733 616 100%	9 249 508 72,6%	9 249 508					3 484 127 27,1%	20 759													
EX	10 125 100	10 125 100 100%	7 198 018 71%	7 198 018					2 927 081 28,9%	2 728	2 900 432											85 060	23 920
44.02) Ações de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional																							
PR	9 122 239	9 122 239 100%	6 841 574 74,9%	6 841 574					2 280 655 25%														
AI	21 701 023	21 701 023 100%	15 606 221 71,9%	15 606 221					6 054 801 28%	765 245													
EX	9 708 584	9 708 584 100%	6 940 896 71,4%	6 940 896					2 767 687 28,5%	292 163	2 156 942											43 448	837 622
44.03) Dinamização Regional																						318 580	
PR	2 016 441	1 910 738 95,2%	1 285 645 66,9%	1 285 645					614 113 3,9%	119 544	65 172												
AI	2 751 204	2 751 204 100%	2 031 561 73,8%	2 031 561					719 642 26,1%	112 623	210 318												
EX	1 130 069	1 130 069 100%	841 194 74,4%	841 194					288 875 25,5%	49 233	45 575												
Total																							
PR	20 004 710	19 908 028 95,5%	14 776 798 74,2%	14 776 798					5 131 229 25,7%	139 544	4 518 840												
AI	37 185 864	37 185 864 100%	26 887 291 72,3%	26 887 291					10 268 572 27,6%	918 638	8 080 620												
EX	20 963 754	20 963 754 100%	14 980 109 71,4%	14 980 109					5 983 644 28,5%	344 126	5 102 931												

Sub-Programas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Despesas Públicas						Necessidade de Financiamento Público Nacional						Sector Privado	Empresários Comunitários		
			Subvenções Comunitárias			Contribuição Nacional Total	Orgão/Entidade de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras						
			Total	FEDER	FSE													
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 8	3 = 4 + 8	4	5	6	7	8	9 = 10 + 15	10	11	12	13	14	15	16	17	
44.01) Reforço da Cotação do Término Regime Melhorias da Qualidade de Vida	PR	45 301	45 301 100%	33 976	75%	33 976	11 325 24,9%	11 325	11 325	104	17 212	424						
	AI	64 825	64 825 100%	47 084	72,6%	47 084	17 741 27,3%	17 741										
	EX	50 906	50 906 100%	36 179	71%	36 179	14 727 28,9%	14 727										
44.02) Ação de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional	PR	46 610	46 610 100%	34 957	74,9%	34 957	11 653 25%	11 653										
	AI	110 375	110 375 100%	79 375	71,9%	79 375	31 000 28%	31 000										
	EX	48 577	48 577 100%	34 725	71,4%	34 725	13 852 28,5%	13 852										
44.03) Dinamização Regional	PR	10 303	9 809 45,2%	6 569	66,9%	6 569	3 240 33%	3 240										
	AI	13 975	13 975 100%	10 319	73,8%	10 319	3 655 26,1%	3 655										
	EX	5 666	5 666 100%	4 218	74,4%	4 218	1 448 25,5%	1 448										
Total																		
	PR	102 214	101 720 99,5%	75 502	74,2%	75 502	26 218 25,7%	26 218										
	AI	169 177	169 177 100%	136 779	73,3%	136 779	52 397 27,6%	52 397										
	EX	105 151	105 151 100%	75 123	71,4%	75 123	30 027 26,5%	30 027										



QUADRO

Execução financeira de cada sub-programa, por medida



Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

P.D.R.

Fundo:

Fixo:

Programa:

Sub-Programa:

Sub-Sub-Programa:

4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL

44) LISBOA E VALE DO TEJO

44-01) Reforço da Coesão do Territ. Reg. e Melhoria da Qualid. de Vida

PR, AP, EX - Apuramento PWR Mech./IS / PR REAL

De 97/01/01 a 97/12/31

Em 1000 x esc

P.R. - Apuramento PWR Mech./IS / PR REAL

Despesas Públicas

Necessidade de Financiamento Público Nacional

Empresas Comunitárias

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Despesas Públicas						Organismo de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomo	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Obras	Sector Privado	Empresas Comunitárias
			FEDER	FSE	Frigia	IFCP	F. Cesaão	Contribuição Nacional Total								
1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 8	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16	17
44-01-01) Área Metropolitana de Lisboa																
PR	3 546 513	3 546 513 100%	2 639 948	2 639 948 75%	2 639 948	2 639 948			886 584	24,9%						
AP	5 851 973	5 851 973 100%	4 134 992	4 134 992 70,4%	4 134 992	4 134 992			1 726 981	29,5%						
EX	4 315 284	4 315 284 100%	2 866 727	2 866 727 66,4%	2 866 727	2 866 727			1 448 537	33,5%						
44-01-02) Vale do Tejo																
PR	3 101 045	3 101 045 100%	2 327 235	2 327 235 74,9%	2 327 235	2 327 235			775 810	23%						
AP	5 977 137	5 977 137 100%	3 773 621	3 773 621 74,9%	3 773 621	3 773 621			1 303 515	25,6%						
EX	3 754 434	3 754 434 100%	2 804 037	2 804 037 74,6%	2 804 037	2 804 037			950 397	25,3%						
44-01-03) Oeste																
PR	2 216 461	2 216 461 100%	1 662 194	1 662 194 75%	1 662 194	1 662 194			554 066	24,9%						
AP	1 804 526	1 804 526 100%	1 350 894	1 350 894 74,8%	1 350 894	1 350 894			453 631	25,1%						
EX	2 055 381	2 055 381 100%	1 527 254	1 527 254 74,3%	1 527 254	1 527 254			528 127	25,6%						
Total																
PR	8 466 039	8 466 039 100%	6 649 578	6 649 578 75%	6 649 578	6 649 578			2 216 461	24,9%						
AP	12 733 616	12 733 616 100%	9 249 508	9 249 508 72,9%	9 249 508	9 249 508			3 484 127	27,1%						
EX	10 125 100	10 125 100 100%	7 198 018	7 198 018 71%	7 198 018	7 198 018			2 927 081	28,9%						

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
44) LISBOA E VALE DO TEJO
Sub-Programa: 44-01) Reforço da Coesão do Territ. Reg. e Melhoria da Qualid. de Vida

PR, AP, EX - Apuramento por Meios / P.R. REAL

Fundos:
Fixo:
Programa:
Sub-Programa:

Honorários:
Fornecimento:
Transporte:
Alimentação:

De 97/01/01 a 97/12/31

Em 100% x c.c.

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Despesas Públicas						Necessidade de Financiamento Público Nacional						Sector Privado	Empreendimentos Comunitários		
			Subvenções Comunitárias			Contriuição Nacional Total	Organismo Autárquico Local	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Obras							
			Total	FEDER	FSE													
1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 8	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16	17		
44-01-01) Área Metropolitana de Lisboa																		
PR	18 121	18 121	100%	13 591	75%	13 591									4 530	24,9%	4 530	
AP	29 797	29 797	100%	20 999	70,4%	20 999									8 798	29,5%	8 373	
EX	21 744	21 744	100%	14 419	66,4%	14 419									7 305	33,5%	7 185	
44-01-02) Vale do Tejo																		
PR	15 855	15 855	100%	11 891	74,9%	11 891									3 964	25%	3 964	
AP	25 856	25 856	100%	19 219	74,3%	19 219									6 637	23,6%	6 546	
EX	18 847	18 847	100%	14 075	74,6%	14 075									4 771	25,3%	4 771	
44-01-03) Oeste																		
PR	11 325	11 325	100%	8 494	75%	8 494									2 831	24,9%	2 831	
AP	9 171	9 171	100%	6 866	74,8%	6 866									2 305	25,1%	2 291	
EX	10 314	10 314	100%	7 663	74,3%	7 663									2 650	25,6%	2 636	
Total																		
PR	45 301	45 301	100%	33 976	75%	33 976									11 325	24,9%	11 325	
AP	64 825	64 825	100%	47 084	72,6%	47 084									17 741	27,3%	17 212	
EX	50 906	50 906	100%	36 179	71%	36 179									14 727	28,9%	14 594	



Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

P.D.R.
P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONÓMICA REGIONAL
44) LISBOA E VALE DO TEJO

Fundos:
Fixo:

Programa:

Sub-Programa:

44-02) Acções de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional

PR, AP, EX - Apuramento por Medidas / PR REAL

Em 1(00) x CSC

De 97/01/01 a 97/12/31

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Subvenções Comunitárias					Despesas Públicas					Necessidade de Financiamento Público Nacional			Sector Privado	Empresas Comunitárias
			FEADER	FSE	FEIGA	IFOP	F. Cotação	Contribuição Nacional Total	Orcamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras			
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 8	4	5	6	7	8	9 = 10 + 15	10	11	12	13	14	15	16	17
44-02-01) Transportes e Acessibilidades																	
IR	3 101 479	3 101 479 49,9%	2 126 060 74,9%	2 326 060	5 484 060 59,8%	5 484 060	2 369 418	775 418	2 369 418 10,1%	290 783	1 676 312	1 533 272	124 971	775 418	775 418	402 322	402 322
AP	7 653 485	7 653 485 100%															104 205
EX	3 736 280	3 736 280 100%															
44-02-02) Ambiente																	
IR	5 108 526	5 108 526 100%	3 831 297 74,9%	3 831 297	8 126 017 73,5%	8 126 017	1 277 229	1 277 229	1 277 229 25%	326 818	2 286 639	2 191 353	26,4%	326 818	326 818	305 875	305 875
AP	11 045 370	11 045 370 100%															167 352
EX	4 714 190	4 714 190 100%															
44-02-03) Equipamentos Socio-Económicos																	
IR	912 222	912 222 100%	684 216 75%	684 216	1 996 137 71,2%	1 996 137	806 039	228 006	228 006 24,9%	147 621	528 981	412 028	28,7%	184 558	184 558	43 448	43 448
AP	2 802 167	2 802 167 100%															129 424
EX	1 258 113	1 258 113 100%															47 022
Total																	
IR	9 122 259	9 122 259 100%	6 841 574 74,9%	6 841 574	15 606 221 71,9%	15 606 221	2 280 655	2 280 655	2 280 655 25%	765 245	2 237 206	6 094 801	28%	765 245	765 245	43 448	43 448
AP	21 701 023	21 701 023 100%															817 622
EX	9 708 564	9 708 564 100%															318 580

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL.

Fundo:

Fixo:

Programa:

Sub-Programa:

44-02) Acções de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional

PR, AP, EX - Apuramento por Medidas / PR REAL

De 07/01/01 a 07/12/11
Em 100% x c/c

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Subvenções Comunitárias						Despesas Públicas						Empresários Comunitários	
			Total	FEADER	FSE	FLIGA	IFOP	F. Croisão	Contribuição Nacional Total	Organismo de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Otras	Sector Privado
1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 8	4	5	6	7	8	9 = 10 + 15	10	11	12	13	14	15	16	17
44-02-01) Transportes e Acessibilidades																
PR	15 847	101%	11 885	74.9%	11 885				3 962	25%						
AP	40 079	100%	27 985	59.8%	27 985				12 094	10.1%	1 485					2 055
EX	18 743	100%	12 951	69.1%	12 951				5 791	30.8%	627					520
44-02-02) Ambiente																
PR	26 112	100%	19 576	74.9%	19 576				6 536	25%						
AP	56 081	100%	41 256	73.5%	41 256				14 827	26.4%	1 668					1 515
EX	23 558	100%	17 549	74.4%	17 549				6 008	35.5%	322					829
44-02-03) Equipamentos Socio-Económicos																
PR	4 661	100%	3 496	75%	3 496				1 165	24.9%						
AP	14 212	100%	10 133	71.2%	10 133				4 078	38.7%	742					222
EX	6 276	100%	4 223	67.2%	4 223				2 052	32.7%	511					656
Total																234
PR	46 610	100%	34 957	74.9%	34 957				11 653	25%						
AP	110 375	100%	79 375	71.9%	79 375				31 000	28%	3 896					212
EX	48 577	100%	34 725	71.4%	34 725				13 852	38.5%	1 461					4 227
																1 594

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

P.D.R.
Fundo:
Eixo:
Programa:
Sub-Programa:

De 97/01/01 a 97/12/31
Em 1000 x 1000

PR, AP, EX - Apuramento por Meios / PR REAL.

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Subvenções Comunitárias						Despesas Públicas						Sector Privado Empresários Comunitários
			FEDER			FSE	FEFGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total	Orçamento de Estado	Autoruias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 8	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	17
44-03-01) Promoção da Actividade Económica															
IW	1 445 152	1 348 469	93 13%	857 227	63 5%	857 27				491 242	36 1%	49 515	30 335		
AP	1 765 901	1 665 901	100%	1 312 676	74 3%	1 312 676				453 225	25 0%	38 111	96 000		
EX	715 585	715 585	99 9%	534 279	74 6%	534 279				181 305	23 3%	11 944	16 897		
44-03-02) Assistência Técnica															
IW	571 280	571 280	100%	428 417	74 9%	428 417				142 871	25%	90 028	34 837		
AP	985 302	985 302	100%	718 885	73 9%	718 885				266 417	27%	94 512	114 317		
EX	414 484	414 484	100%	306 914	74%	306 914				107 569	23 9%	37 289	28 678		
Total															
IW	2 016 441	1 919 758	95 2%	1 285 645	66 9%	1 285 645				634 113	13%	139 544	65 172		
AP	2 751 204	2 751 204	100%	2 031 561	73 8%	2 031 561				719 642	26 1%	132 623	210 318		
EX	1 130 069	1 130 069	100%	841 194	74 4%	841 194				288 875	25 9%	49 233	45 575		

Medidas	Custo Total Desspesas Públicas	Despesas PÚBLICAS								Necessidade de Financiamento Público Nacional								Sector Privado Enquadrados Comunitários	
		Subvenções Comunitárias				Despesas PÚBLICAS				Orcamento de Estado				Fundo Autárquicas Locais					
		Total	FEI/ER	FSE	FF/GA	IFOP	F. Cuesão	Contribuição Nacional Total	Orcamento de Estado	Fundos Autónoma	Fundos Autónoma	Regiões Autónomas	Fundos Autónoma	Empresas Públicas	Obras				
1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 6	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16	17			
44-03-01) Promoção da Actividade Económica																			
PR	7 384	6 890 91,3%	4 380 53,5%	4 390	6 655 74,3%	6 653	2 670 74,6%		2 510 56,4%	253	155					2 102	494	6,6%	
AP	8 912	8 912 100%							2 297 25,6%	194	487					1 602			
EX	3 589	3 589 100%							909 25,3%	59	84					755	9		
44-03-02) Assistência Técnica																			
PR	2 919	2 919 100%	2 189 74,9%	2 187	3 664	3 664 72,9%	3 664		730 25%	460	178					92			
AP	5 022	5 022 100%							1 358 27%	482	581					293			
EX	2 077	2 077 100%							538 25,9%	187	143					208			
Total																			
PR	10 303	9 809 95,2%	6 569 66,9%	6 569	10 319	10 319 73,8%	10 319		3 240 33%	713	333					2 194	494	4,7%	
AP	13 975	13 975 100%							3 655 26,1%	676	1 069					1 066	9		
EX	5 666	5 666 100%							1 448 25,5%	246	227					953			



QUADRO

Execução física de cada medida



PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

SUBPROGRAMA A - REFORÇO DA COESÃO DO TERRITÓRIO REGIONAL E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA (A.M.LISBOA)

INDICADOR	PROGRAMADO/METAS		APROVADO		REALIZADO	
	Unidade	Quantidade	Unidade	Quantidade	% Execução (a)	Unidades Concluídas
Acessibilidades						
Construção/Beneficiacão da Rede Viária Municipal	km	80	km	147,2	91	135,3
Ambiente						
Redes de abastecimento de água	km	100	km	29,959	64	19,42
Reservatórios de água	nº	7	nº	5	20	1
Redes de drenagem de águas residuais	Km	189	Km	49,9	57	28,75
ETAR	nº	8	nº	1	-	-
Equipamentos de Tratamento e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos	nº	4	nº	1	100	1
Loteamentos/Zonas Industriais	nº	3	nº	1	100	1
Área	ha	90	ha			
Infraestruturas e Equipamentos Sociais e Turísticos	nº	20	nº	36	80	29

(a) - unidades concluídas/unidades aprovadas



PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

SUBPROGRAMA A - REFORÇO DA COESÃO DO TERRITÓRIO REGIONAL E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA (OESTE)

INDICADOR	PROGRAMADO/METAS			APROVADO			REALIZADO	
	Unidade	Quantidade	Unidade	Quantidade	% Execução (a)	Unidades Concluídas		
Acessibilidades								
Construção/Beneficiação da Rede Viária Municipal	km	140	km	491	57	280		
Ambiente								
Redes de abastecimento de água	km	168	km	196	31,1	61		
Reservatórios de água	nº	12	nº	31	41,9	13		
Redes de drenagem de águas residuais	km	105	km	44,5	28,3	12,6		
ETAR	nº	6	nº	3	33,3	1		
Equipamentos de Tratamento e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos	nº	3	nº	-	-	-		
Loteamentos/Zonas Industriais	nº	2	nº	1	75,6	0,7		
Área	ha	60	ha					
Infraestruturas e Equipamentos Sociais e Turísticos	nº	12	nº	21	64	13,5		

(a) - unidades concluídas/unidades aprovadas



PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

SUBPROGRAMA A - REFORÇO DA COESÃO DO TERRITÓRIO REGIONAL E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA (VALE DO TEJO)

INDICADOR	PROGRAMADO/METAS		APROVADO		REALIZADO	
	Unidade	Quantidade	Unidade	Quantidade	% Execução (a)	Unidades Concluídas
Acessibilidades						
Construção/Beneficiação da Rede Viária Municipal	km	180	km	520	75,7	394
Ambiente						
Redes de abastecimento de água	km	212	km	379	82	311
Reservatórios de água	nº	16	nº	31	90,3	28
Redes de drenagem de águas residuais	Km	126	Km	44,8	64,7	29
ETAR	nº	8	nº	8	62,5	5
Equipamentos de Tratamento e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos	nº	3	nº	-	-	-
Loteamentos/Zonas Industriais	nº	2	nº	1	1	1
Área	ha	60	ha	-	-	-
Infraestruturas e Equipamentos Sociais e Turísticos	nº	18	nº	24	69	16,7

(a) - unidades concluídas/unidades aprovadas



PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

SUBPROGRAMA B - ACCÕES DE DESENVOLVIMENTO DE VALOR ESTRATÉGICO REGIONAL MEDIDA 1 - TRANSPORTES E ACESSIBILIDADES

INDICADOR	PROGRAMADO/METAS	APROVADO	REALIZADO
	Unidade	Quantidade	Unidade
Reabilitação de lanços de estrada desclassificadas	km	50	km
Construção/Reabilitação de eixos estruturantes regionais	km	40	km
Infraestruturas portuárias	nº	1	nº
Infraestruturas de Acolhimento, incluindo Parques Multimodais e Centros Coordenadores de Transporte	nº	1	nº
		118,9	75,6
		53	37,7
		1	90
		1	72
			0,9
			0,72
			90

(a) - unidades concluídas/unidades aprovadas



PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

SUBPROGRAMA B - ACCÕES DE DESENVOLVIMENTO DE VALOR ESTRATÉGICO REGIONAL
MEDIDA 2 - Ambiente

INDICADOR	PROGRAMADO/METAS		Unidade	APROVADO	Quantidade	% Execução (a)	REALIZADO
	Unidade	Quantidade					
Componentes Estruturantes de Sistemas de Abastecimento de água	nº km pop.servida	2 200 750.000	nº km pop.servida	13 78	53,8 35,8	7 28	
Componentes Estruturantes de Sistemas de Recolha e Tratamento de Águas Residuais	nº km pop.servida	1 150.000	nº km pop.servida	57 528	14 53,9	8 285	
Sistemas de Tratamento e Destino Final de Resíduos Sólidos	nº pop. servida	4 240.000	nº pop. servida	4	268.889	25	1

(a) - unidades concluídas/unidades aprovadas



PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

SUBPROGRAMA B - ACCÕES DE DESENVOLVIMENTO DE VALOR ESTRATÉGICO REGIONAL
Medida 3 - Equipamentos sócio-económicos

INDICADOR	PROGRAMADO/METAS		Unidade	APROVADO	Quantidade	% Execução (a)	REALIZADO
	Unidade	Quantidade					
Infraestruturação de Parques, Loteamentos ou Áreas Industriais	nº ha	3 -	nº ha	5 77	60	-	3
Construção de Infraestruturas de Apoio à Actividade Económica	nº	2	nº	8	43	-	3,5
Intervenções de Recuperação do Património Arquitectónico/Turístico	nº	3	nº	45	17	-	8
Intervenções de Renovação Urbana	nº	1	nº	3	32,3	0,97	-
Intervenções em Áreas Protegidas	nº	1	nº	1	-	-	-
Construção/Amplicação e Apetrechamento de Escolas	nº	4	nº	3	25,6	-	0,77

(a) - unidades concluídas/unidades aprovadas



PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

SUBPROGRAMA C - DINAMIZAÇÃO REGIONAL
Medida I - Promoção da Actividade Económica

INDICADOR	PROGRAMADO/METAS		APROVADO		REALIZADO	
	Unidade	Quantidade	Unidade	Quantidade	% Execução (a)	Unidades Concluídas
Acções de informação e divulgação	nº	60	nº	78	37	29
Agentes contratados	nº	5	nº	5	60	3
Apoio ao funcionamento de centros	nº	5	nº	5	72	3,6
Acções de promoção do desenvolvimento	nº	60	nº	18	27,7	5

(a) - unidades concluídas/unidades aprovadas



QUADRO

Projectos aprovados

SUB PROGRAMA	MEDIDA	DESIGNAÇÃO DO PROJETO	EXECUTOR	COFINANCIAMENTO CONUNITÁRIO (€sc)		INVESTIMENTO ELEGÍVEL (€sc)		INVESTIMENTO ELEGÍVEL (€sc)		INVESTIMENTO TOTAL (€sc)		
				CM LISBOA	CM LISBOA	CM BARREIRO	CM AZAMBULHA	CM AZAMBULHA	CM ALMADA	CM ALMADA	CM ALMADA	
4.4-01	4.4-01-01	Construção do Parque Urbano do Caramão de Ajuda Centro Social Polivalente do Bairro Padre Cruz Reabilitação Urbana Piscinas desobertas/gimnásio/campo de ténis Beneficiamento da rede viária existente Loisamento industrial da Quinta do Conde de Mascarenhas Escola Básica 1.2 de Quinta de Alemburque	CM TORRES NOVAS CM OUREM CM TORRES NOVAS CM SANTAREM CM SALV de MAGOS CM TOMAR CM TOMAR CM CARTAXO CM ABRANTES CM ALMEIRIM CM ALCANENA CM SARDOAL CM CHAMUSCA CM SARDOAL CM ALCANENA CM CORUCHÉ CM ABRANTES CM ALCANENA CM CARTAXO CM OUREM CM CONSTÂNCIA CM ALMEIRIM CM ALMEIRIM CM CORUCHÉ CM SANTAREM CM ALPIARCA CM SARDOAL CM CHAMUSCA CM CHAMUSCA CM BENAVENTE CM ABRANTES CM SANTAREM CM ALCANENA CM OUREM CM F. DEZERTE CM F. DEZERTE CM OUREM CM ABRANTES CM SALV de MAGOS CM CARTAXO CM ALCANENA	370 000 000 380 000 000 75 851 743 120 000 000 180 000 000 151 000 000 240 000 000 67 098 000 118 792 000 143 268 000 50 300 000 84 000 000 96 790 000 121 792 000 55 022 000 120 204 000 56 512 000 118 000 000 50 000 000 133 524 000 56 000 000 51 000 000 291 936 000 55 296 000 101 000 000 59 244 000 56 115 000 99 308 000 156 565 000 100 000 000 50 818 618 21 200 000 97 000 000 120 820 000 98 326 000 72 000 000 170 000 000 101 000 000 112 213 000 51 295 000 83 286 000 59 727 000 76 318 000 125 000 000 57 000 000 88 753 000 101 119 000 70 000 000 68 000 000 57 000 000 88 753 000 101 119 000 70 000 000 68 000 000 57 000 000 76 552 000 96 000 000 100 000 000 50 000 000	370 000 000 380 000 000 75 561 743 120 000 000 180 000 000 151 000 000 240 000 000 67 098 000 118 792 000 143 268 000 50 300 000 84 000 000 96 790 000 121 792 000 55 022 000 120 204 000 56 512 000 118 000 000 50 000 000 133 524 000 56 000 000 51 000 000 291 936 000 55 296 000 101 000 000 59 244 000 56 115 000 99 308 000 156 565 000 100 000 000 50 818 618 21 200 000 97 000 000 120 820 000 98 326 000 72 000 000 170 000 000 101 000 000 112 213 000 51 295 000 83 286 000 59 727 000 76 318 000 125 000 000 57 000 000 88 753 000 101 119 000 70 000 000 68 000 000 57 000 000 88 753 000 101 119 000 70 000 000 68 000 000 57 000 000 76 552 000 96 000 000 100 000 000 50 000 000	285 000 000 56 748 307 90 000 000 135 000 000 151 000 000 75 500 000 120 000 000 50 323 500 89 094 000 107 451 000 37 725 000 42 000 000 72 592 500 91 344 000 41 268 500 90 153 000 42 384 000 88 500 000 29 785 500 100 218 000 43 500 000 36 250 000 218 936 000 41 472 000 75 750 000 44 433 000 42 086 250 74 461 000 80 707 999 52 714 529 70 000 000 50 818 618 21 200 000 97 000 000 120 820 000 98 326 000 72 000 000 170 000 000 101 000 000 112 213 000 51 295 000 83 286 000 59 727 000 76 318 000 125 000 000 57 000 000 88 753 000 101 119 000 70 000 000 68 000 000 57 000 000 88 753 000 101 119 000 70 000 000 68 000 000 57 000 000 76 552 000 96 000 000 100 000 000 50 000 000	277 500 000 285 000 000 56 748 307 90 000 000 135 000 000 75 500 000 120 000 000 50 323 500 89 094 000 107 451 000 37 725 000 42 000 000 72 592 500 91 344 000 41 268 500 90 153 000 42 384 000 88 500 000 29 785 500 100 218 000 43 500 000 36 250 000 218 936 000 41 472 000 75 750 000 44 433 000 42 086 250 74 461 000 80 707 999 52 714 529 70 000 000 50 818 618 21 200 000 97 000 000 120 820 000 98 326 000 72 000 000 170 000 000 101 000 000 112 213 000 51 295 000 83 286 000 59 727 000 76 318 000 125 000 000 57 000 000 88 753 000 101 119 000 70 000 000 68 000 000 57 000 000 88 753 000 101 119 000 70 000 000 68 000 000 57 000 000 76 552 000 96 000 000 100 000 000 50 000 000	1 887 011 1 941 563 385 283 912 675 812 606 919 376 771 296 1 225 751 78 071 872 53 680 862	1 415 258 1 456 296 289 712 459 506 669 582 365 668 612 800 249 321 441 404 532 602 1 88 903 208 063 361 486 454 866 206 118 450 737 211 543 444 807 149 714 503 737 218 849 192 260 1 114 895 211 585 385 716 301 688 226 251 214 301 379 254 410 961 288 420 384 406 195 392 651 399 340 000 228 864 367 655 337 205 319 182 453 441 340 000 367 398 266 241 449 607 294 513 368 576 383 887 191 606			
	4.4-01-02	Rede Viária da Cidade de Torres Novas - Obras de Urbanização - 2ª fase De poluição da bacia da Ribeira de Selva - bacia 49 - 1ª fase Beneficiamento e Recuperação do Tropo da Estrada a Nacionais e Municipais - 2ª fase Ref. dos Sistemas de Abast. de Áqua às Zonas Rurais com Captação de Reserva Abastecimento de Água à Força de Salvaterra, Muge e Gratho Via de ligação entre a Igreja de Stº. Maria do Olival e a escola das Stº. Irís Beneficiamento da rede viária municipal - 2ª fase Casa Municipal do Desporto e Lazer - 1ª fase PARQUE DESPORTIVO DE ABRANTES - 1ª FASE Reabilitação Urbana do Concelho de Almeirim - 1ª fase Piscina Coberta para Aprendizagem em Municípios - 1ª fase Rede de Colectores e ETAR de Monte Cimero e Vale das Onças C.I.C. Chemusca - E.M.577 - Tropo Chourito/Semideiro Reabilitação de Estradas, Caminhos Municipais e Areamentos - 2ª fase Rede de Esgotos de Freguesia de Bragalhos - Bacia 2 Pavimento de Esi lig. de E.N 114 à E.N 251, troço E.N 114/Azereira/Lamarcosa Estrada Municipal #751-1, entre Afifeira e São Miguel do Rio Torto Execução de Tapetes Beluminosos - 2ª FASE Arranjos Urbanísticos de R. Betaloz, Praça 15 de Dezembro e Largo Valec da Game Abast. água aos lugares do Escardarão, V. da Sobreda, C. de Várzea, C. de Fonte Requalificação Urbana da Freguesia de Santa Margarida Centro de Apoio ao Desenvolvimento Social e Económico de Almeirim E.M. 590 - Tropo E.N 114 (Saminha do Matos) / Brejoeira Abastecimento de Água à Casalvel - Sector Ocidental - 2ª fase Infraestruturas de Apoio à requalificação da área da Felha Reabilitação de Estradas e Caminhos Municipais e Areamentos C.I.C. Chemusca-Tropo Vale de Cavalcão/Patreira C.I.C. CHAMUSCA - E.M. 577 nos Tropos Chouito/Pareira/Salvador Beneficiamento e Reabilitação da Rede Viária Municipal - 1ª fase Remodelação do Tropo Beluminoso Sanearimento e Tratamento de Efluentes Domésticos em Localidades do Concelho Execução de Tapetes Beluminosos Conselho do Abastecimento de Água à Freguesia de Alcanede A largamento e Sanlecitização do Caminho Municipal 1242-Sardoal/S. Simão E.N.2 Recuperação e Beneficiamento da Rede Viária do Rio Maior-2ª Fase Sistemas de Transportes e Caminhos Rurais - 2ª Fase Abastecimento de Água à Freguesia da Urquiema Abastecimento de Água a Cazarais - Sector Sudoeste Abastecimento de Áqua às Freguesias do Concelho Reabilitação da Rede Viária Municipal Abastecimento de Áqua à Freguesia de Castel dos Bemposta Acessos e Parqueamento ao Convento de S. Domingos Reparação da Rede Viária Municipal Beneficiamento da Rede Viária Municipal Legavação do E.N 361 à Fonte Nova/Vila Moreira Estrada de Roliça ao Vale Fetal										

SUB PROGRAMA	MÉDIDA	DESIGNAÇÃO DO PROJETO	EXECUTOR	INVESTIMENTO TOTAL (esc)	INVESTIMENTO ELEGÍVEL (esc)	COFINANCIAMENTO COMUNITÁRIO (esc)	INVESTIMENTO ELEGÍVEL ELIGÍVEL (esc)	
4.4 - 01	4.4 - 01 - 02	Infraestruturação da Encosta Sul Abastecimento de Água à Casais, Alviribeira e Junçaria Reabilitação da Rede Viária de Goiégi Estrada de ligação de E.N 118-1 à E.N 119-(2ª fase) Benavente E.M 532 - Limite Crato/E.N. 118 Recuperação e Beneficiação da Rede Viária do Rio Maior - 1.º Fase Recuperação do Palmitinho Edificado Concelho e Tratamento de Esgotos Externos Rede Viária da Cidade - Obras Urbanização Recuperação da Rede Viária das Freguesias do Salvador, S. Nicolau e Marvila Piscinas Municipais da Salvaterra de Magos Abastecimento de Água à Freguesia de Paúlivo Conduta Adutora Carelhão/Taramal C.I. Chamusca-E.M 577-Troço Murta/Salvador e Ligação à E.N 243 no Gaviãozinho Rede Viária de Montalto e Melhorias da Rede de Distribuição de Água Concepção e Execução de uma E.T.A.R. no Loteamento Industrial da Murtela-S. C. Infraestruturas Iontanhas Baixo, C., Casal do Grilo e Covões Beneficiação e Recuperação de troços de estradas municipais C.M. 1013-entre a E.N 244-Alarmal e C.M. 1013-1 entre o C.M. 1013 e E.N 244 (por Cad Áreas à Vila (lado Norte)) Piscina Municipal 1.º Fase Infraestrutura da Avenida 25 de Abril Recuperação/Beneficiação das Estradas e Caminhos Municipais Anexo ao Pavilhão De Esportivo Estrada de ligação de Águas Belas a Ponte do Tabundo Abastecimento de Água a Souto Norte - Equipamento Eléctromecânico Remodelação do sistema de Abastecimento das águas à cidade de Santarém Vias Estruturais dos Centros Urbanos 3º Fase da Ampliação do Abastecimento ao Concelho de Almeirim Ampliação da rede de segtos de Benfica e Azetada Rep./Benel E.M 515-2º troço/Est. Lig. P.Dop da Murt.E.N 118 & Lig.E.N. 10-E Font. Conservação da rede viária Municipal, arranques e passagens Abastecimento de Água à freguesia de Natas Biblioteca Municipal/Centro Cultural Construção de Rede Viária Concelhia (Secundária) Intervenção Urbanística na Vila de Conche Furo de Reserva de Abastecimento de Água à Amizade de Baixo Construção da Biblioteca Municipal de Tomar E.M. 563-Beneficiação da rede de água e saneamento ao limite do concelho E.M. 563-Beneficiação da rede de água e saneamento ao limite do concelho Arranjo Urbanístico da Via Principal no Centro da Cidade Circular Urbana do Cerdaxo - 2º Ise (Sectores A e B) Reabilitação da rede viária da povoação de Alaião - D. João II e Gago Coutinho Recuperação do Cine-Teatro do Gavião Inraestr. da zona industrial de T.Novas-1ª fase-parcial Arranjos Externos de Igreja Meinz de Taícos - Recuperação do Edifício Reabilitação estradas municipais (Vaihcasos) Reabilit. urbana da freguesia de Alcurava Lugar de Praia E.M. 566-Benel desde Matais de Barreiro até ao limite do conc. Rio Maior Abastecimento de Água e Sementas e Legos e rel. a Salv. Magos Abastecimento de Água à Glória do Rib. e Marmais Beneficiação da Ribeira Vármia Municipal Sistemas de Transportes e caminhos rurais Sanearimento da Rotunda, Pana e Casal da Pina 4ª fase do Complexo de Dinam. Tur. do concelho de Rio Maior-campo de futebol Abastecimento de Água e freguesia de Fátima-sector sul	CM ABRANTES CM TOMAR CM GOLEIÀ CM BENAVENTE CM GAVÃO CM RIO MAIOR CM TORRES NOVAS CM TORRES NOVAS CM SANTARÉM CM SALV. de MAGOS CM TOMAR CM ABRANTES CM CHAMUSCA CM CONSTÂNCIA CM BENAVENTE CM ENTRONCAMENTO CM TORRES NOVAS CM SALV. de MAGOS CM TOMAR CM ABRANTES CM ABRANTES CM V.N.BARQUINHA CM SANTARÉM CM F. 25-ZEFER CM ABRANTES CM SANTARÉM CM V.N.BARQUINHA CM SANTARÉM CM ALMEIRIM CM ABRANTES CM BENAVENTE CM ENTRONCAMENTO CM CARTAXO CM ALMEIRIM CM CDR CM ALMEIRIM CM BENAVENTE CM ENTRONCAMENTO CM CARTAXO CM V.N.BARQUINHA CM CDR CM CDR CM SANTARÉM CM TOMAR CM SANTARÉM CM SANTARÉM CM TOMAR CM CDR CM CDR CM SANTARÉM CM CDR CM CDR CM SARDAL CM SARDAL CM SANTARÉM CM V.N.BARQUINHA CM SARDAL CM SARDAL CM TOMAR CM RIO MAIOR CM TORRES NOVAS CM RIO MAIOR CM RIO MAIOR CM CDR	204 565 000 136 774 000 125 000 000 130 000 000 347 899 000 85 046 000 81 565 000 94 000 000 94 376 000 140 000 000 139 786 000 65 000 000 77 688 000 180 718 792 34 560 691 120 250 000 249 111 000 105 317 770 115 895 000 100 000 000 50 193 963 100 000 000 200 000 000 116 895 000 100 000 000 50 193 963 100 000 000 200 000 000 216 895 000 47 000 000 222 609 000 69 000 000 55 488 000 43 801 000 120 000 000 61 614 000 148 388 000 159 110 000 43 801 000 120 000 000 61 614 000 148 388 000 159 110 000 285 656 000 78 586 000 10 378 000 107 851 000 174 849 000 95 614 000 50 000 000 100 000 000 6 331 000 137 698 000 18 785 000 9 112 000 82 000 000 78 000 000 61 705 704 50 020 000 59 000 000 269 520 956 163 000 000 22 985 000 267 452 000 39 113 000	204 666 000 136 774 000 125 000 000 130 000 000 221 986 000 85 046 000 81 566 000 94 000 000 94 376 000 140 000 000 139 786 000 65 000 000 77 685 000 180 060 676 34 445 489 120 250 000 249 111 000 106 317 770 116 895 000 100 000 000 50 193 963 100 000 000 200 000 000 23 869 684 47 000 000 222 609 000 69 000 000 43 801 000 120 000 000 61 614 000 148 388 000 159 110 000 43 801 000 120 000 000 61 614 000 148 388 000 159 110 000 295 666 000 78 586 000 10 378 000 107 851 000 174 849 000 95 614 000 50 000 000 100 000 000 6 331 000 137 698 000 18 785 000 9 112 000 82 000 000 78 000 000 61 705 704 50 020 000 59 000 000 269 520 956 163 000 000 22 985 000 267 452 000 39 113 000	153 499 500 104 060 500 93 750 000 97 500 000 166 489 500 63 784 500 61 174 500 70 500 000 79 782 000 105 000 000 104 848 500 48 750 500 58 283 750 135 045 507 26 634 116 90 187 500 166 633 250 106 317 770 87 671 250 75 000 000 37 645 487 75 000 000 51 750 000 29 869 684 35 260 000 166 956 750 99 000 000 20 949 750 32 700 750 90 000 000 46 210 500 108 791 000 212 949 500 58 947 000 7 783 500 11 078 032 174 849 000 98 614 000 50 000 000 100 000 000 8 331 000 147 698 000 18 785 000 9 112 000 82 000 000 78 000 000 61 705 704 50 020 000 59 000 000 269 520 956 163 000 000 22 985 000 267 452 000 39 113 000	1 045 641 708 995 838 887 664 234 1 133 684 4 32 479 414 309 479 143 482 662 715 354 714 496 532 354 297 098 918 431 175 634 613 420 1 270 883 541 798 595 522 510 264 255 177 509 605 1 021 438 239 549 611 320 314 741 745 854 811 733 222 626 400 546 52 893 39 670 56 476 1 514 015 300 409 492 654 37 500 000 511 551 892 866 389 490 191 658 383 593 1 372 000 703 501 14 073 750 8 834 000 44 250 000 316 020 397 888 315 114 255 478 301 175 1 374 873 114 750 000 22 985 000 1 366 291 1 750 712	784 980 531 746 479 015 496 175 650 255 324 356 310 732 359 357 361 987 536 516 535 872 460 065 953 182 406 484 131 746 382 713 191 362 851 220 382 203 768 079 91 514 175 664 613 420 450 640 446 541 510 264 1 135 639 361 712 263 799 106 988 166 956 458 490 611 320 314 741 559 391 606 800 1 135 511 1 135 511 300 409 492 654 37 500 000 511 551 689 649 389 490 191 658 383 593 56 476 1 372 000 703 501 14 073 750 8 834 000 44 250 000 316 020 397 888 315 114 255 478 301 175 1 374 873 114 750 000 22 985 000 1 366 291 1 750 712

SUB PROGRAMA	MEDIDA	DESIGNAÇÃO DO PROJETO	EXECUTOR	INVESTIMENTO TOTAL (€sc)	COFINIANCIAM. COMUNITÁRIO (€sc)	INVESTIMENTO ELEGÍVEL (€sc)	INVESTIMENTO ELEGÍVEL (€sc)	COFINIANCIAM. COMUNITÁRIO (€sc)	INVESTIMENTO TOTAL (€sc)
				INVESTIMENTO TOTAL (€sc)	COFINIANCIAM. COMUNITÁRIO (€sc)	INVESTIMENTO ELEGÍVEL (€sc)	INVESTIMENTO ELEGÍVEL (€sc)	COFINIANCIAM. COMUNITÁRIO (€sc)	INVESTIMENTO TOTAL (€sc)
4.4-03	4.4-03-02	Plano Estratégico de Azambuja	CM AZAMBULJA	6 000 000	6 000 000	4 500 000	4 500 000	30 619	22 664
		Plano Estratégico da Vila do Cravalo	CM CADAYAL	5 763 000	5 763 000	4 322 250	4 322 250	29 399	22 049
		Estudo de Viabilidade Técnico-Económica do Abastecimento de Gás Natural-Eixo 3	NERSANT	6 891 000	6 891 000	5 166 250	5 166 250	34 891	26 243
		Estudo de Viabilidade Técnico-Económica do Abastecimento de Gás Natural-Eixo 2	NERSANT	2 953 000	2 953 000	2 214 750	2 214 750	14 584	11 246
		Revisão do Plano Director de Resíduos Sólidos da Sub-Região Oeste	AMO	4 095 000	4 095 000	3 071 250	3 071 250	20 454	15 640
		Plano Orientador da Estratégia para Implementação da rede de ETARS da AML	JML	3 250 000	3 250 000	2 437 500	2 437 500	16 567	12 425
		Estudo de Suporte de Estação de Reciclagem de Materiais de Construção	CM LISBOA	11 700 000	11 700 000	6 775 000	6 775 000	59 761	44 635
		Informação Regional da Conjuntura	NERSANT	4 626 000	4 626 000	3 469 500	3 469 500	23 590	17 092
		Plano Intermunicipal de Ordenamento de Áreas de Coima	AM DISTR SETUBAL	65 000 000	65 000 000	46 750 000	46 750 000	332 032	249 024
		Sistema de Informação de Apoio ao Desenvolvimento de RLVT	CORLVT	45 000 000	45 000 000	33 750 000	33 750 000	229 927	172 445
		Plano Director de Indústria / Área de Intervenção da A.M.O.	AMO	6 190 000	6 190 000	6 142 500	6 142 500	41 784	31 323
		Plano Estratégico do Eixo Alenquer-Carrascal	CM ALENQUER	10 000 000	10 000 000	7 500 000	7 500 000	51 015	36 261
		Linha Orientadora de Estratégia de Desenvolvimento de RLVT	CORLVT	54 640 000	54 640 000	46 480 000	46 480 000	330 259	247 694
		Inventário Municipal do Freguesia de Lisboa e Vale do Tejo	CORLVT	27 000 000	27 000 000	20 250 000	20 250 000	137 503	103 127
		Estudo Preliminar da Localização do Aeroporto Santarém Intermunicipal	AMINT	3 111 000	3 111 000	2 333 250	2 333 250	15 909	11 032
		Plano Director dos Resíduos Sólidos da sub-região de Lez. do Tejo	ANLEZT	15 500 000	15 500 000	11 625 000	11 625 000	79 017	59 263
		Elaboração do Plano Estratégico de Tomar	CM TOMAR	10 000 000	10 000 000	7 500 000	7 500 000	50 981	38 235
		Plano Estratégico de V.N Barquinha	CM V.N BARQUINHA	5 265 000	5 265 000	3 948 750	3 948 750	26 886	20 166
		CM SANTARÉM	CM SANTARÉM	9 196 000	9 196 000	6 892 500	6 892 500	46 539	34 004
		Plano Director dos Resíduos Sólidos da sub-região de Lez. do Tejo	CM ALMADA	20 000 000	20 000 000	15 000 000	15 000 000	101 959	76 477
		Plano Director de Saneamento de Abrantes	CM ABRANTES	9 126 000	9 126 000	6 844 500	6 844 500	46 670	35 003
		GESTÃO AML	JML	114 335 000	114 336 000	85 751 250	85 751 250	584 061	436 045
		Plano Estratégico de Torres Vedras	CM T.VEDRAS	10 000 000	10 000 000	7 500 000	7 500 000	51 031	36 273
		CM ABRANTES	CM ABRANTES	6 851 000	6 851 000	6 981 000	6 981 000	5 220 750	35 681
		CM PALMELA	CM PALMELA	54 685 000	54 685 000	36 219 500	36 219 500	195 359	171 128
		AMLEZT	AMLEZT	147 000 000	147 000 000	110 250 000	110 250 000	750 593	582 499
		CORLVT	CORLVT	35 149 861	35 149 861	26 362 395	26 362 395	179 446	134 586
		NERSANT	NERSANT	31 509 618	31 509 618	23 632 363	23 632 363	150 928	120 696
		A DIVULG-NERSANT	A DIVULG-NERSANT	3 452 700	3 462 700	2 244 255	2 244 255	17 623	11 455
		GESTAO CORLVT	GESTAO CORLVT	338 726 410	338 726 410	254 044 807	254 044 807	1 296 807	1 296 807
		Estudo de Rota de Vinha e do Vinho na RT. do Oeste	RT OESTE	3 500 000	3 500 000	2 625 000	2 625 000	17 875	13 406
		Plano de Desenvolvimento Turístico de RT. do Oeste	RT OESTE	21 693 000	21 693 000	16 269 750	16 269 750	110 769	63 077
		Estudo da Rota da Vinha e do Vinho da RT. dos Templários	RT TEMPLARIOS	3 500 000	3 500 000	2 625 000	2 625 000	17 683	13 412
		Plano de Desenvolvimento Turístico da RT. Templários	RT TEMPLARIOS	21 683 000	21 683 000	16 269 750	16 269 750	110 621	83 116
		Plano de Ordenamento e projecção para recuperação áreas envolvi das Casteleiro de Almourol	CM V.N BARQUINHA	11 200 000	11 200 000	6 400 000	6 400 000	57 216	42 912
		Plano de Desenvolvimento Turístico do Ribatejo	RT RIBATEJO	19 250 000	19 260 000	14 445 000	14 445 000	98 327	73 745
		SUB TOTAL MEDIDA		2 297 582 790	2 234 683 790	1 642 011 372	1 642 011 372	11 364 084	6 364 344
		SUB TOTAL SUB-PROGRAMA		6 619 057 825	6 159 458 825	4 573 842 649	4 573 842 649	31 253 895	21 207 433
		TOTAL PROGRAMA		90 411 796 387	88 807 893 314 63	63 161 008 462	63 161 008 462	731 110 321 256	633 110 321 256



Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

COFINANCIADO PELA COMUNIDADE EUROPEIA
FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
POI/LVT - Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo

